



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**O APRIORISMO NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS:  
Uma Exposição da Metodologia de Senior, Menger,  
Mises e Robbins**

MIGUEL GOMES DE MORAIS

Monografia apresentada como requisito parcial  
para a conclusão da graduação em Ciências Econômicas

Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Andrés de Souza Peñaloza

**Brasília, DF**

**2024**



Miguel Gomes de Moraes

**O APRIORISMO NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS:  
Uma Exposição da Metodologia de Senior, Menger,  
Mises e Robbins**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Economia da Universidade de Brasília como  
parte dos requisitos necessários à obtenção  
do título de Bacharel em Ciências Econômi-  
cas.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Andres de Souza Peñaloza

Universidade de Brasília

Brasília

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

M827a      Morais, Miguel Gomes de .  
              O Apriorismo nas Ciências Econômicas: uma exposição da  
              metodologia de Senior, Menger, Mises e Robbins / Miguel  
              Gomes de Moraes; orientador Rodrigo Andrés de Souza  
              Peñaloza. -- Brasília, 2024.  
              65 p.

              Monografia (Graduação - Ciências Econômicas) --  
              Universidade de Brasília, 2024.

              1. Epistemologia. 2. Metodologia Econômica. 3.  
              Apriorismo. I. Peñaloza, Rodrigo Andrés de Souza , orient.  
              II. Título.

À minha mãe, que abriu mão de suas asas para me ver voar mais longe.



# Agradecimentos

Em primeiro lugar, a Deus por me guiar à busca do exercício da razão e pela grandiosidade de suas obras.

Aos grande pensadores de seus tempos, pois sem eles nenhum dos novos conhecimentos seriam possíveis.

Ao meus amigos, Giosvaldo Júnior, Leonardo de Sena, Carlos Eduardo Werneck, Vitor Nogueira, Lucas Rios, Vitor Nesi, Rodrigo Orlandi e Kenzo Okamura, por sempre estarem ao meu lado.

À minha mãe, minha irmã e meu pai, por sempre me ajudarem.

Aos professores do departamento de economia e do departamento de filosofia da Universidade de Brasília, por me instruírem e permitirem que eu adquira o conhecimento necessário.

Por fim, em especial, ao professor, Rodrigo Peñaloza, por ter sido meu orientador, por todos os seus conselhos e pela sua paciência com a qual guiou o meu aprendizado.





*"A Economia Política, enquanto ciência teórica, não se ocupa com propostas práticas para o agir econômico, mas trata das condições em que os homens desenvolvem suas atividades no atendimento às suas necessidades."*

(Menger, 1871)



# Resumo

A disputa sobre como o homem pode conhecer os objetos do mundo e a si mesmo existe desde que a filosofia ocidental surgiu, por volta do século VI a.c.. Dentro da ciência econômica isso não seria diferente. Desde o século XIX, os economistas se dividiram naqueles que defendem mais o uso de juízos *a priori* para fundamentar a sua ciência e aqueles que defendem mais o uso dos juízos *a posteriori* para o mesmo objetivo. O presente texto tem como objetivo analisar as correntes que correspondem respectivamente ao primeiro caso, as correntes aprioristas. Para tal, será exposto os pensamentos de Senior, Menger, Mises e Robbins, seus principais proponentes. Por fim, será apresentado um breve ensaio de uma possível construção de um novo apriorismo baseado nos autores supracitados, em especial, Mises, mas que permita o teste empírico e o uso do instrumental matemático, isto é, com um núcleo duro necessário e *a priori* obtido pelo entendimento, mas com um entorno contingente de hipóteses formalizadas matematicamente de forma *as if* e testadas empiricamente.

**Palavras-chave:** Epistemologia, Metodologia Econômica, Apriorismo.



# Abstract

The debate about human knowledge has existed since the emergence of Western Philosophy, around the 6th century BC. Within economics, this would be no different. Since the 19th century, economists have been divided into those who advocate more the use of *a priori* judgments to ground their science and those who advocate more the use of *a posteriori* judgments for the same purpose. This text aims to analyze the currents that correspond respectively to the first case, the apriorist currents. To this end, the thoughts of Senior, Menger, Mises and Robbins, their main proponents, will be presented. Finally, a brief essay will be presented on a possible construction of a new apriorism based on the aforementioned authors, especially Mises, but which allows for empirical testing and the use of mathematical tools, that is, with a necessary and *a priori* core obtained by understanding, but with a contingent belt of *as if* mathematically formalized hypothesis tested empirically.

**Keywords:** Epistemology, Methodology of Economics, Apriorism.



# Conteúdo

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>3</b>
1.1	Dos Objetivos . . . . .	5
<b>2</b>	<b>O Debate do Apriorismo Fora da Economia</b>	<b>7</b>
2.1	As Formas Platônicas e a Imagem da Linha . . . . .	8
2.2	A Metafísica Aristotélica e a Lógica . . . . .	11
2.3	O <i>Cogito</i> Cartesiano e a Luz Natural . . . . .	15
2.4	O Criticismo Kantiano e os Juízos <i>a Priori</i> . . . . .	19
<b>3</b>	<b>Senior e a Razão Econômica</b>	<b>23</b>
3.1	A Ciência Econômica Pura de Senior . . . . .	24
<b>4</b>	<b>Menger e a Methodenstreit</b>	<b>29</b>
4.1	O Método Dedutivo Mengeriano . . . . .	30
4.2	A Doutrina do Valor e dos Bens . . . . .	33
<b>5</b>	<b>Mises e a Praxeologia</b>	<b>37</b>
5.1	Conceitos Iniciais . . . . .	38
5.1.1	O substrato permanente da epistemologia . . . . .	39
5.1.2	A ação . . . . .	40
5.1.3	Causalidade e Finalidade . . . . .	43
5.2	Teoria . . . . .	44
<b>6</b>	<b>Robbins e as Bases da Economia</b>	<b>47</b>
6.1	A Natureza da Ciência Econômica . . . . .	48

<b>7</b>	<b>Por um Apriorismo Moderado</b>	<b>51</b>
7.1	Da <i>Res Cogitans</i> e suas Estruturas <i>a Priori</i> . . . . .	51
7.2	Da Existência de Movimento Intencionado, ou Ação . . . . .	53
7.3	Da Existência da <i>Res Extensa</i> . . . . .	55
7.4	Da Racionalidade . . . . .	56
7.5	Do Ordenamento das Preferências . . . . .	58
7.6	Da Formalização Matemática e a Empiria . . . . .	58
<b>8</b>	<b>Conclusão</b>	<b>61</b>
	<b>Bibliografia</b>	<b>63</b>



# Capítulo 1

## Introdução

A ciência econômica é talvez um dos campos teóricos mais antigos e, paradoxalmente, mais novos a adentrar no que pode ser chamado de corpo teórico de conhecimento humano. A atividade econômica, isto é, o sistema na qual o homem interage com a escassez para o atendimento de seus desejos por meios pacíficos, sempre caminhou com a própria existência humana. Dessa forma, é possível encontrar os primeiros exercícios do que seria denominado de ciências econômicas desde os povos da antiguidade, sendo, na China antiga, o foco de um dos achados mais longínquos (FEIJÓ, 2023).

Porém, foi só após a revolução científica de Newton e a tentativa da aplicação de seus métodos para dentro da filosofia, por Kant, e para dentro das ditas ciências humanas, por figuras como Auguste Comte e John Stuart Mill, que as bases de uma teoria econômica considerada verdadeiramente científica pôde surgir. Essa passagem entre a visão do mundo clássico de uma economia como uma ciência prática para a visão do mundo moderno de uma economia como um saber teórico, surge com a noção de que os processos humanos são regidos por uma ordem natural <sup>1</sup> (FEIJÓ, 2023). Dentro dessa nova perspectiva, destaca-se Adam Smith como o que recebeu a alcunha de criador da ciência econômica propriamente dita e um dos primeiros a aplicar tal noção dentro dessa nova área do conhecimento.

Esse corpo teórico, contudo, só começou a ganhar robustez após a revolução marginalista na primeira metade da década 1870, protagonizados por Carl Menger, Léon Walras e William Stanley Jevons, na qual, a ciência econômica deixou de ter um enfoque pura-

---

<sup>1</sup> Apesar de alguns autores clássicos, medievais e pré-modernos trazerem noções de uma ordem natural, tal abordagem só ganharia mais força dentro dos modernos, como em Locke, Hume, e Mendeville (FEIJÓ, 2023).

mente nos aspectos produtivos e passou a estudar mais os aspectos subjetivos humanos na determinação dos fenômenos das trocas. Além disso, sua formalização analítica só iria surgir entre as décadas de 1930 e 1960 devido às contribuições pioneiras de Frank Ramsey na teoria de elementos maximais na escolha do consumidor (RAMSEY, 1928), de John Hicks, Kenneth Arrow, Gerard Debreu e Lionel W. McKenzie, nas noções de equilíbrio geral (HICKS, 1975; ARROW; DEBREU, 1954; MCKENZIE, 1954), de John Nash, John Von Neumann, Oskar Morgenstern na teoria de jogos cooperativos e não cooperativos (NASH, 1951; NEUMANN; MORGENSTERN; RUBINSTEIN, 1944).

Essa evolução teórica, contudo, só pode avançar de forma justificada se acompanhada por um desenvolvimento metodológico e filosófico de seus paradigmas e conceitos. Assim, uma noção importante a ser trazida para dentro do debate econômico é quanto aos fundamentos pelos quais se podem justificar as teorias e os desenvolvimentos técnicos trazidos pela ciência econômica. Dentro disso, a área de epistemologia e filosofia econômica ganham um papel de destaque.

Sobre esse tema, um debate que se sucedeu a partir do século XIX, na economia, mas que já estava presente desde os gregos antigos, é o problema da possibilidade e da relevância do uso estrito da razão na obtenção do conhecimento econômico, isto é, se os juízos *a priori* são possíveis e necessários na fundamentação da teoria econômica. Nesse cenário, os economistas que defenderam uma primazia dos juízos *a priori* em relação aos juízos empíricos, na formulação das bases econômicas teóricas ficaram conhecidos como economistas aprioristas, ou para alguns autores, racionalistas. Já os economistas que defendiam a centralidade da teorização econômica sob o método empírico, ou nos juízos sintéticos, ficaram conhecidos como economistas empiristas.

O debate metodológico entre os economistas mais aprioristas e os economistas mais empiristas existe desde o surgimento da economia como ciência e perpassa até os dias atuais, com suas visões definindo as diferenças substanciais das escolas de economia. Contudo, pouco sobre essa temática é abordada dentro dos debates econômicos modernos, menos ainda dentro dos cursos de economia. Isso gerou um apagamento do debate no passar das décadas e uma considerável diminuição da percepção, por parte da academia, da relevância que tal problema possui para todo o conhecimento econômico e seu *status* científico, o que resultou no nichamento do assunto aos poucos economistas interessados e que possuem o entendimento dos termos filosóficos necessários.

### 1.1 Dos Objetivos

Sob esse aspecto, o presente texto tem como objetivo auxiliar o acesso aos debates epistêmicos e metodológicos dentro das ciências econômicas. Contudo, a vastidão temática existente dentro dessa área não permite uma abrangência total do assunto observado. Dessa forma, este trabalho busca a enunciação de apenas uma das correntes existentes no debate, a já mencionada corrente apriorista, que privilegia os conhecimentos *a priori*.

Para isso, esta obra conta com uma primeira seção na qual será explicado o que é o apriorismo, como ele surgiu na história e quais problemas epistêmicos ele pretende resolver. Assim, este texto expressa, em ordem cronológica, as quatro principais formas de apriorismo, com base nos seus principais autores, o platonismo, o aristotelismo, o racionalismo (ou cartesianismo) e o kantismo. Após isso, ela possui uma segunda seção na qual expomos como se deu o apriorismo dentro das ciências econômicas, por meio de uma exposição do pensamento de quatro dos economistas aprioristas mais importantes para a fundamentação da teoria econômica moderna, Senior, Menger, Mises e Robbins.

Por fim, expomos um breve ensaio autoral de uma possível construção de apriorismo, que leva em conta as contribuições desses autores, sobretudo Mises, mas que também, permite a incorporação do teste empírico na metodologia, o que, em tese, evitaria parte das críticas propostas pelos empiristas ao apriorismo. Uma vez elaborado, esse ensaio pode servir para o desenvolvimento de uma nova metodologia econômica que consiga unificar todas as correntes de pensamento econômico e, assim, finalmente alçar a ciência econômica ao *status* de uma ciência consolidada, isto é, de uma ciência paradigmática.



# Capítulo 2

## O Debate do Apriorismo Fora da Economia

Para se ter uma boa compreensão do debate do apriorismo dentro da ciência econômica, deve-se antes entender brevemente o que são conhecimentos *a priori* e sobre como se deu a discussão de sua possibilidade e utilidade dentro do conhecimento humano. Para tal, deve-se primariamente precisar o que distingue uma ideia dita *a priori* de uma dita *a posteriori* e qual a sua importância para explicação sobre como é possível conhecer as coisas.

Desde o princípio, o homem possui, ou acredita possuir, para si duas formas principais de se ter contato com o mundo, a via dos sentidos<sup>1</sup>, internos ou externos, e a via da razão<sup>2</sup>. Porém, só ter contato com o mundo em que vive não é suficiente para os impulsos humanos. É necessário fazer previsões, hipóteses e conjecturas, isto é, que aquilo que se representa na mente humana tenha algum grau de relação com os fenômenos do mundo em si. Surge daí uma necessidade de, não só entender a realidade que o cerca, como também de garantir, mesmo que de forma parcial, que aquilo que o homem acredita pertencer ao mundo realmente a ele pertença, isto é, que suas crenças sejam verdadeiras.

Essa é a grande empreitada que a humanidade se lançou desde tempos imemoriais e que ganhou renome a partir dos povos gregos do período helênico, principalmente após as contribuições de Sócrates, como bem comentado por Reale e Antiseri (2007). Dessa busca para a justificação de suas crenças, os gregos inauguram aquilo que se nomeou de filosofia

---

<sup>1</sup> alma sensível.

<sup>2</sup> alma racional.

(φιλοσοφία), ou amor pela sabedoria. Tal área do pensar, ou entendido por alguns como um método, foi o que deu origem a todas as áreas do conhecimento.

Assim, agora em Platão, surge uma das noções mais importantes para todo o pensamento humano, e que persiste até hoje, a ideia de conhecimento ou saber como crença verdadeira e justificada <sup>3</sup>. Porém, essa definição ainda não explicita uma questão fundamental para o dilema do conhecimento, a pergunta sobre como se justificam as crenças. É desse problema que surge o tema da aprioridade do conhecimento.

Como comentado anteriormente, as duas formas principais de se obter conhecimento são por meio dos sentidos e por meio da razão. Aqueles conhecimentos adquiridos por meio dos sentidos são ditos *a posteriori* e aqueles que não são adquiridos dessa forma são os ditos *a priori*. Essa divisão não é tão clara e, em vários momentos, pode ser difícil distinguir a classificação de um dado saber. Um exemplo conhecido disso está nos juízos *a priori* não puros em que, apesar de não serem empíricos, não estão desvinculados da experiência (KANT, 2020).

O grande debate que surge desse conceito é sobre a capacidade de se obter conhecimento *a priori* e *a posteriori* verdadeiros e quão tais conhecimentos são confiáveis e úteis para o desenvolvimento das ciências. Alguns autores, como Descartes, vão defender uma preponderância dos juízos *a priori*, já outros autores, como Hume, vão defender o oposto e outros, como Kant, vão advogar por uma mescla deles. Assim, para se entender o debate do apriorismo, o grupo das correntes mais próximas do primeiro caso, deve-se perpassar pelo debate epistemológico em si, cujo seu começo se dá em Platão.

## 2.1 As Formas Platônicas e a Imagem da Linha

Platão, como um discípulo de Sócrates, busca em sua filosofia, uma forma de justificção clara de suas crenças em busca de uma verdade. Porém, uma dúvida que paira sobre todos que a ela almejam é sobre como achá-la. Em outras palavras, como saber se uma crença se configura como um saber genuíno. Sócrates criou um método de investigação prática de verdades por meio do que ficou chamado de dúvida socrática, isto é, uma série de questionamentos estruturados em uma forma de diálogo com outrem para a eliminação daquelas ideias que seriam *ex-ante* já consideradas equívocas (REALE; ANTISERI,

---

<sup>3</sup> Apesar dessa definição não ser a melhor possível, evidenciado pelos contra-exemplos propostos por Gettier (1963), essa definição ainda se mantém como a padrão.

## 2. O DEBATE DO APRIORISMO FORA DA ECONOMIA

2007). Porém, um problema que ainda persiste no método socrático é que, uma vez eliminada a gama de crenças evidentemente falsas, não se é possível distinguir, das restantes, aquelas que são realmente verdadeiras. Além do mais, não se cria, a partir disso, nenhuma epistemologia, então não se tem um método claro para a justificação das crenças, tornando-se, assim, algo análogo a uma arte guiada por um princípio. A filosofia socrática seria, assim, uma filosofia prática. Platão, em contrapartida, em sua filosofia, já começa a traçar, mesmo que de forma mais indireta, um método para a obtenção de conhecimento. Portanto, ele cria uma filosofia da ciência mesmo que discreta, na qual, a explicação dos juízos *a priori* racionais são fundamentais para estruturação de seu método.

O método platônico perpassa necessariamente pelo que alguns estudiosos de Platão chamam de Imagem da Linha, ou Analogia da Linha Dividida. Nela, a cosmologia platônica pode ser dividida em duas partes principais, o campo ontológico, em que se definem as coisas, e o campo epistemológico, em que se define o conhecimento sobre as coisas. Dentro do campo ontológico, há uma divisão do mundo em duas regiões, a região sensível e a região inteligível. Na região sensível, residem, como o nome sugere, as coisas sensíveis, isto é, as coisas materiais e suas respectivas imagens, ou *eikones* (εἰκόνες). Já na região inteligível, haveria os pensamentos formais<sup>4</sup>, dentre eles destaca-se a matemática (μαθηματική) e as formas, ou *eidos* (εἶδος) (PLATÃO, 2001, 510a - 511e).

Dentro desse esquema, o Bem, dado como o fim último, seria a forma mais elevada e todos os outros – formas, pensamentos formais, coisas sensíveis e imagens – seriam derivados, respectiva e sucessivamente, do Bem. Isto é, as formas, em exemplo, os números, seriam uma particularização do Bem; os pensamentos formais, como a matemática, seriam uma particularização das formas; as coisas do mundo sensível, por exemplo, um objeto triangular, seriam uma particularização dos pensamentos formais; e as imagens (e.g. a sombra desse objeto triangular) seriam uma particularização das coisas do mundo sensível. De forma simplificada, a região sensível seria uma representação da região inteligível<sup>5</sup> (PLATÃO, 2001, 510a - 511e).

O campo epistemológico segue essa mesma relação vista no campo ontológico e se

---

<sup>4</sup> Os pensamentos formais expostos aqui não são pensamentos mentais e sim as relações formais existentes, pois esse é o campo ontológico e não o epistemológico. Em outras palavras, a matemática e a lógica, exemplos de pensamentos formais, são as relações lógicas e matemáticas realmente existentes no mundo, e não a lógica e a matemática enquanto produto mental humano. Estes últimos, seriam o que pode ser entendido como conhecimento discursivo.

<sup>5</sup> Dentro da cosmogonia platônica, tal representação consistiria como uma tentativa não plenamente sucedida de um demiurgo replicar a região inteligível.

comunica com ele. O conhecimento pode ser dividido em duas regiões, a opinião, ou *doxa* (δόξα), e a sabedoria, ou *episteme* (ἐπιστήμη). Na região da opinião, existem as conjecturas, ou *eikasía* (εἰκασία), que compõem a forma mais baixa de conhecimento, e as crenças, ou *pistis* (πίστις), que seriam a forma mais elevada de opinião. Já na região da sabedoria, existiria o conhecimento discursivo, ou *dianoia* (διάνοια), menos elevada, e a intuição intelectual, ou *noesis* (νόσις), mais elevada (PLATÃO, 2001, 510a - 511e).

Como as regiões de cada um dos campos estão interconectadas, surge daí a explicação da filosofia da ciência platônica, que tange o tema do apriorismo. Para Platão, a região sensível, relacionada com a região da opinião, não produz conhecimento asseguradamente verdadeiro, pois, o mundo sensível é mutável, contingente e irreal <sup>6</sup>. Assim, só seria atribuída à região inteligível, associada a região da sabedoria, a capacidade de se produzir conhecimento asseguradamente verdadeiro.

O problema epistemológico que surge disso é explicar como que os seres racionais, em específico o homem, conseguem acessar os conhecimentos da região inteligível, uma vez que eles residem na região sensível. Em Platão, a forma de elucidar isso é por meio da Teoria da Reminiscência e do Mito da Caverna. Para ele, as almas humanas tem acesso à região inteligível e, ao adentrarem num corpo, isto é, migrarem para região sensível, esquecem daquilo que conheceram. Quando estão na região sensível, dentro da caverna, os homens só tem acesso às representações geradas a partir da região inteligível, sombras na parede da caverna. Porém, por meio do processo de anamnese, do grego *anamnēsis* (ἀνάμνησις), o filósofo, alguém apto, pode ajudar os outros a se recordarem do conhecimento adquirido previamente, sair da caverna e ver os objetos em si que geravam as sombras (PLATÃO, 2001, 514a - 517c) e (PLATÃO, 2021, 72a - 77e).

Tendo em vista isso, a epistemologia platônica tem um caráter *a priori* na forma de ideias inatas. Isto é, o conhecimento humano, em termos de um verdadeiro saber, só pode ser adquirido pela razão, então é *a priori*, no sentido Kantiano de anteceder epistemicamente a experiência, e tal conhecimento já estava presente na mente dos homens de forma pregressa, então é *a priori*, no sentido temporal de anteceder temporalmente os conhecimentos sensíveis, isto é, ser inato <sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> A região sensível seria irreal, ou menos real, pois ontologicamente ela se deduz como uma particularidade, ou sombra, da região inteligível.

<sup>7</sup> O problema da existência de ideias inatas seria, posteriormente, o tema central do debate epistemológico da era moderna.



## 2.2 A Metafísica Aristotélica e a Lógica

Aristóteles, discípulo de Platão, em contrapartida, nega a concepção epistemológica e ontológica de seu mestre. Para ele, a filosofia platônica das formas não seria nada mais do que uma replicação do mundo sensível. Isto é, pelo mundo sensível, na teoria platônica, ser uma representação do mundo inteligível, todos os objetos sensíveis positivamente determinados, teriam uma respectiva forma inteligível, a qual eles representam. Nesse sentido, para Aristóteles, essa estruturação ontológica seria problemática, pois o mundo inteligível seria uma espécie de cópia teórica do mundo sensível, o que geraria problemas lógicos. Uma forma de criticar o modelo platônico, proposta por Aristóteles, seria o Argumento do Terceiro Homem (ARISTÓTELES, 2021).

Tal argumento consistiria na seguinte formulação. Os homens particulares, da região sensível, partilhariam uma forma de homem, na região inteligível, ao qual se predicam sua humanidade, em outras palavras, da multiplicidade de representações sensíveis do homem, há uma unidade que constitui o homem em si, a forma de homem que habita a região inteligível. Porém, essa forma homem tem que possuir a humanidade, caso contrário, não se predicaria a humanidade presente da multiplicidade sensível que dele se partilha. Em outras palavras, tanto os homens particulares, quanto a forma homem, são homens, no sentido de possuir a essência humanidade. Assim, pela forma homem possuir também humanidade, surge daí uma nova multiplicidade. Então, há uma outra unidade forma homem que os homens particulares e primeira forma homem partilham entre si, o que gera uma nova multiplicidade e assim por diante. Dessa forma, seria impossível haver uma forma final de homem, o que inviabiliza a região inteligível platônica (ARISTÓTELES, 2021, 990b1 - 991a1).

Tendo em vista isso, Aristóteles propõe uma outra forma de obtenção de conhecimento baseada no mundo sensível. De forma simplificada, Aristóteles pega a região inteligível platônica e transporta para a região sensível, com a inclusão de outros conceitos, como as categorias, a ideia de substância e acidentes e a noção de entes. Para ele, todos os seres possuem, em si, uma parte mutável, contingente e incerta, e uma parte fixa, necessária e certa. Essa segunda parte é que a ciência deveria focar em descobrir <sup>8</sup> (ARISTÓTELES, 2021).

---

<sup>8</sup> Essa noção de que o homem deveria se focar no que é perene, ele retira da doutrina de Parmênides. Além disso, ele usará isso para fundamentar a hierarquia dos saberes.

A compreensão da filosofia aristotélica, e portanto de sua epistemologia, perpassa fundamentalmente pela sua ontologia. Para Aristóteles, todas as coisas possuem uma substância <sup>9</sup>, isto é, existe algo nas coisas que as define. A exemplo, o homem possui e se identifica com uma substância que lhe confere a característica de ser um humano. Se essa substância não se predica de nada, isto é, reside nos particulares, essa é a substância primeira, caso sim, é uma substância segunda, isto é, reside nos universais. Por exemplo, homem, no sentido de um homem singular, é a substância primeira, pois reside nos particulares; já humanidade é a substância segunda, pois ela reside no universal, isto é, em todos os homens particulares. Além disso, o ser possui seus acidentes, isto é, as suas características que não o definem <sup>10</sup>. No mesmo exemplo, o homem em particular pode ser alto ou baixo, gordo ou magro e ainda sim seria um homem (ARISTÓTELES, 2021).

Ainda nas divisões do ser, Aristóteles defende que o ser pode ser entendido enquanto suas categorias. As categorias aristotélicas são dez: a substância em si, a qualidade, a quantidade, a relação, a ação, a paixão, o lugar, o tempo, o ter, fazer e o hábito. Todas as nove últimas categorias são subjacentes a primeira, pois sem substância, nada a partir dela se predica. Isto é, sem o ser, não tem como haver as características do ser. Assim, para Aristóteles o grau mais alto dos conhecimentos, a metafísica, se encarregaria do conhecimento das substâncias, já os outros conhecimentos se encarregariam dos acidentes necessários e contingentes das substâncias (ARISTÓTELES, 2021; REALE; ANTISERI, 2007).

Outro fator que Aristóteles se atenta, também, é a mudança presente nas substâncias. Todas as substâncias existentes no mundo sensível se modificam, isto é, passam por contínuos processos de movimentos. Assim, o que o ente é, ele é em ato, já o que o ente pode vir a ser, é o ser em potência. Por exemplo, uma semente é um ente em si, então possui uma substância, porém, a árvore que dela se origina ainda é o mesmo ente. Se são o mesmo, esperar-se-ia, portanto, que possuíssem as mesmas características, contudo, não é o que ocorre, o que contradiz a asserção inicial. A resolução desse problema reside em considerar o ato e a potência da substância. Mesmo que, no momento, a semente se

---

<sup>9</sup> Para Aristóteles, essa substância pode também ser entendida como uma relação forma-matéria, em que a primeira é ativa nas coisas e a segunda é passiva (REALE; ANTISERI, 2007).

<sup>10</sup> Definir, nesse caso, possui a interpretação de ser uma característica constituinte necessária. Isto é, o ser pode ter ou não um acidente e ainda sim ser, já a substância, caso não a tivesse, ou não seria, ou seria outro ser. Contudo, é possível, segundo Aristóteles, definir, no sentido de conceituar, o ser por meio dos seus acidentes. O primeiro significado de definir, abarcaria o ser em si, já o segundo, o ser como acidente (ARISTÓTELES, 2021; REALE; ANTISERI, 2007).

## 2. O DEBATE DO APRIORISMO FORA DA ECONOMIA

difira da árvore, ela possui sim as mesmas características da árvore, só que em estados de atualização distintos. Em outras palavras, a semente, pode vir a ser uma árvore, isto é, ela é uma árvore em potência, mesmo que atualmente ela não seja uma árvore, isto é, ela não é uma árvore em potência (ARISTÓTELES, 2021; REALE; ANTISERI, 2007).

Outro aspecto crucial para a compreensão do sistema aristotélico é a sua etiologia, ciência das causas, que compõe também a metafísica. Para Aristóteles, os seres possuem quatro causas que os formam. A primeira é a causa material, ou do que a coisa é feita. A segunda é a causa formal, ou sob que forma a coisa é. A terceira é a causa eficiente, ou do que a coisa surge. Por fim, a quarta é a causa final, ou para onde ela vai, sua finalidade. As duas primeiras causas são as que compõe a substância e explicam o devir das coisas, já as duas últimas são as que compõe a dinâmica e explicam o porquê desse devir (REALE; ANTISERI, 2007).

Para deixar as noções aristotélicas já apresentadas mais intuitivas, vale-se do seguinte exemplo. Tome Sócrates como um homem em particular, isto é, o ente a se analisar. Ele é feito de carne, ossos, pele, sangue e outros demais elementos. Tais compostos são o que formam a sua matéria, ou causa material. Contudo, uma pilha de tais elementos, outro homem ou o Sócrates em particular são indistinguíveis materialmente. Precisa-se portanto de outro fator que diferencie a pilha dos homens. Essa coisa é a forma homem que a matéria que compõe o Sócrates possui, tal forma é a alma. Essa junção dos elementos que formam Sócrates e a sua alma já são o suficiente para definir, compor, estaticamente, Sócrates, isto é, sua substância. Porém, ainda há informações que podem ser obtidas. Sócrates ainda possui outras característica secundárias, isto é, possui cabelos de certa cor, certa altura, está em certo lugar, entre outros aspectos. Duas características se destacam, de onde ele veio, isto é, quem o construiu, causa eficiente. Nesse caso, seus pais. Além disso, para onde ele vai, sua finalidade, causa final. Dentro disso, para Aristóteles, o fim de todo homem é a busca do bem. Já as demais características, como cor dos cabelos, altura, e assim por diante, são seus acidentes, visto que Sócrates não deixa de ser Sócrates por ficar mais grisalho. Além disso, o Sócrates jovem e ele mais velho ainda são o mesmo ente pois, apesar de possuírem características diferentes no tempo, ele possui todas elas em ato, ou em potência, sendo então o que muda é o estado de atualização delas.

Entendida, a metafísica aristotélica, pode-se então compreender a lógica e a epistemologia do estagirista. A lógica, matéria também criada por ele, é o estudo formal dos

argumentos e processos de inferência. Dentro do aristotelismo, ambos, a lógica e a metafísica, são cruciais pois, fundamentam-se mutuamente. A lógica por ser uma ciência dos processos de inferência, ela é propedêutica, pois todas as outras ciências, por usarem o método discursivo, são subordinadas a ela, incluindo a metafísica. Já a metafísica, por ser a ciência primeira, isto é, explicar o ser e as causas, fundamenta os princípios da lógica, em outras palavras, os princípios lógicos são também princípios metafísicos.

Dentro dos princípios lógicos, Aristóteles elenca três, o princípio de não-contradição, o princípio da identidade e o princípio do terceiro excluído. Isto é, respectivamente, não é possível que uma coisa seja algo e seja não algo ao mesmo tempo; essa coisa se identifica consigo mesma; e ou a coisa é algo, ou não algo, não há meio termo. Num exemplo concreto, não é possível que Sócrates seja homem e não seja homem, sempre Sócrates é Sócrates e sempre, e de forma exclusiva e exaustiva, ou Sócrates é homem, ou Sócrates não é homem. Além disso, ele mostra, em sua lógica, dois métodos de obtenção de verdade, a dedução e a indução. A dedução é a forma de inferência que parte de universais para a obtenção de particulares, constitui-se como o famoso silogismo, "Todo homem é mortal, Sócrates é homem, portanto, Sócrates é mortal". Já a indução, parte de particulares para a obtenção de universais, "o primeiro homem é mortal, o segundo homem é mortal, suponha que todos os  $n$  homens são mortais, se o  $n+1$  é mortal, então todo homem é mortal". Essas noções lógicas são ligadas a sua epistemologia e ao problema dos juízos *a priori* pois, Aristóteles é um dos autores realistas tanto epistemologicamente, quanto em relação ao problema dos universais (ARISTÓTELES, 2019).

O realismo epistêmico afirma que há uma relação de equivalência entre os entes mentais e os reais. Em outras palavras, que a lógica da mente é a lógica do mundo. Esse passo é crucial para a obtenção de conhecimento no sistema aristotélico, pois garante que, aquilo que é obtido na mente, por meio do método dedutivo, realmente possa ser inferido no mundo. Dessa forma, já se é possível introduzir a epistemologia aristotélica, que consiste na teoria da abstração.

Na filosofia do estagirista, há uma hierarquia dos conhecimentos que se iniciam na experiência, e atingem seu ápice no saber teórico. O método que ele atribui para a obtenção desses saberes é por meio do processo de abstração. Para Aristóteles, de forma simplificada, todo conhecimento principia de uma experiência. Contudo, após o homem receber, pelos sentidos, os objetos da realidade, ele é capaz de separar, ou abstrair, as

## 2. O DEBATE DO APRIORISMO FORA DA ECONOMIA

características essenciais e acidentais da coisa. Assim, em posse das essências, o homem por meio de sua racionalidade, e dos processos indutivos, pode obter os universais, etapa de abstração. A partir dos universais e em conjunção com os princípios lógicos e metafísicos, o homem pode realizar um processo de síntese e o método da dedução, para a construção de novos universais e novos conhecimentos particulares (BÄCK, 2014). Essa teoria epistemológica presente em Aristóteles é rica pois utiliza tanto a indução, quanto a dedução, o que gera tanto juízos *a posteriori*, quanto juízos *a priori*. Assim, o aristotelismo pode assumir tanto uma face mais empirista, quanto uma face mais apriorista, que será uma das grandes divisões entres os medievais e gerará as bases da discussão moderna de epistemologia iniciada com Descartes.

Tendo em vista isso, a epistemologia aristotélica tem um caráter tanto *a priori*, na forma da metafísica e da lógica, quanto *a posteriori*, na forma de seu naturalismo. Isto é, o conhecimento humano é adquirido pela razão, na busca das causas e das substâncias dos objetos, mas também, pelos sentidos, no contato com o mundo. Assim, dependendo da interpretação escolhida, Aristóteles pode tanto entrar em um apriorismo moderado, ou sutil, quanto não se enquadrar nessa denominação.

### 2.3 O *Cogito* Cartesiano e a Luz Natural

René Descartes é conhecido como o autor a inaugurar a era moderna. Ele buscava, em sua filosofia, criar um sistema de pensamento soerguido em bases sólidas que, a luz da razão natural, isto é, por meio da razão dos homens, pudesse fundamentar todas as outras ciências. Dessa forma, o filósofo francês pretendia refutar as obras céticas de sua época, em destaque as de Montaigne, e, assim, demonstrar a existência dos saberes.

Como Descartes, ao contrário dos outros filósofos vistos anteriormente, visava a fundamentação de todas as ciências, ele precisava de uma argumentação única e concisa para a obtenção de uma verdade de que se pudesse derivar tudo. Além disso, o francês discordava da noção medieval de que o conhecimento é obtido por meio de uma graça, ou pelo menos, buscou fundamentar sua filosofia evitando tal conceito. Assim, Descartes procurou o dito Ponto Arquimediano para as verdades, isto é, a verdade primeira de seu sistema (DESCARTES, 2016; REALE; ANTISERI, 2005b). Em tal busca de uma verdade fundamental, o filósofo francês se lançou no cenário cético proposto por Montaigne

e os céticos pirrônicos, pondo em dúvida tudo o que era dado antes como certo. Assim, a dúvida se torna o ponto central da filosofia cartesiana (DESCARTES, 2016).

Dentro do seu processo cético, em seu livro *Meditações Metafísicas*, Descartes define que as únicas proposições que podem se configurar em um saber genuíno são aquelas que são conhecidas de forma clara e distintamente. Dessa forma, ele indaga o quanto já fora enganado e que suas crenças, outrora postas como verdadeiras, não passavam de opiniões falsas. Assim começa o processo cartesiano que receberia o nome de dúvida hiperbólica. Não é necessário, afirma ele, que todas as crenças adquiridas pela pessoa sejam verificadas como falsas, a simples dúvida de suas veracidades já é o suficiente para pô-las em xeque. Com isso, ele observa que todas as crenças tomadas por ele passavam pelos sentidos. Não só isso, como também a mera existência dos sonhos e ficções é o suficiente para se duvidar das capacidade de criar crenças claras e distintamente verdadeiras que a faculdade dos sentidos possui.

Além da supressão dos sentidos, Descartes traz consigo a dúvida acerca da veracidade das crenças advindas dos intelecto. Ele, para isso, evoca a tese do gênio maligno. Sua enunciação, em síntese, consiste em assumir a hipótese de que em todo momento em que se utiliza uma operação do intelecto, um ser enganador o faz chegar a conclusões falsas. Sob essa hipótese, não só os sentidos já previamente foram colocados em dúvida, como também agora, o intelecto não é confiável. Essa é a famosa dúvida hiperbólica que Descartes lança em sua primeira meditação (DESCARTES, 2016).

Para resolver o problema cético, Descartes, busca uma verdade indubitável que seria, conforme dito anteriormente, o ponto arquimediano de sua filosofia. Com isso, ele descobre o *Cogito*. Isto é, mesmo sob a hipótese do gênio maligno, o mero fato de questionar se existe é uma forma de auferir a certeza de que existe. Em outras palavras, ao se por em dúvida tudo, há uma coisa que não é possível pôr em dúvida, a própria capacidade de duvidar. Assim, é possível garantir a existência do eu que duvida, a coisa que pensar, ou *res cogitans*. Porém, não seria possível saber de antemão das qualidades que comporiam o eu, senão ser coisa pensante. Dessa forma, por meio do *Cogito*, ponto arquimediano da filosofia cartesiana, já é possível auferir uma verdade clara e distinta, eu existo (DESCARTES, 2016).

Porém, um problema dentro do sistema cartesiano ainda reside, a verdade do *cogito* só é auferida enquanto a coisa pensante pensa. Além disso, o intelecto e os sentidos ainda

## 2. O DEBATE DO APRIORISMO FORA DA ECONOMIA

estão suprimidos, o que inviabiliza a produção de conhecimento. Assim, Descartes teria que fundamentar a origem do erro, e para isso, ele busca demonstrar Deus. Segundo ele, dentro das operações da mente, estão divididos as volições, as ideias e os juízos. O erro, portanto, reside no juízo, uma vez que não se pode assumir um valor verdade de uma volição e uma ideia é tão verdadeira como qualquer outra<sup>11</sup>. Além disso, há ideias componentes do ser que existiam anteriormente ao seu nascimento, como a ideia de infinito. Essa ideia, portanto, é verdadeira, pois, não há como ela ter sido adquirida, então não tem como ela ter sido falsamente colocada pelos sentidos ou pelo intelecto, vale lembrar que ainda paira a hipótese do gênio maligno (DESCARTES, 2016).

Contudo, segundo o Descartes, não há como repousar no ser uma ideia mais verdadeira que o objeto em realidade, isto é, não há como a ideia de cadeira ser mais verdadeira do que uma cadeira em si. Portanto, não tem como a ideia de ser perfeito ser menos verdadeira do que o ser perfeito. Dessa forma, não há como a ideia de Deus ser menos verdadeira do que Deus, e com base na asserção inicial de que a ideia é verdadeira, Deus existe. Assim, como Deus é perfeito, qualidade também mostrada como verdadeira por esse mesmo raciocínio, não há como Deus ser enganador. Com isso, derruba-se a tese do gênio maligno (DESCARTES, 2016).

Como mostrado anteriormente, Deus não pode possuir a qualidade de enganador, pois esta é uma imperfeição e Deus define-se como ser perfeito. Nesse sentido, não há como Deus dar ideias falsas ao homem. Assim, o erro reside neste mesmo homem que, pelo usufruto de seu livre arbítrio, faculdade dada por Deus, pode usá-la para adquirir o erro. Assim, o homem pode realizar um juízo que não seja de uma ideia indubitavelmente clara e distinta, e com isso, Descartes mostra que o erro é um atributo unicamente humano (DESCARTES, 2016).

A partir disso e com a retomada da confiabilidade da razão, isto é, a quebra da hipótese do gênio maligno, se é possível fundamentar um sistema científico calcado nas ideias inatas, claras e distintas. A forma disso é demonstrar que existem as coisas externas à coisa pensante, isto é, que existe a *res extensa*, ou corpo. Para demonstrar isso, Descartes retorna à divisão das ideias. Elas possuem três tipos, as ideias inatas, já comentadas, as ideias adventícias, recebidas, e as ideias inventícias, criadas. As ideias provindas dos sentidos não podem ser inatas, pois surgem *ex-post*, e não podem ser inventícias, pois,

---

<sup>11</sup> Nesse aspecto, a verdade da ideia assume outro sentido distinto da verdade como uma correspondência.

para Descartes, as ideias sensíveis são mais claras do que a imaginação e, ao contrário dessas últimas, não são passíveis de controle. Portanto, elas são advindas de algo. Como elas, então, advêm de algo, ou elas surgem de Deus, ou de uma terceira via. Por Deus não ser enganador, não há motivos para ele prover uma ideia que não se soerga em nada, isto é, por exemplo, não haveria motivos para Deus prover ao homem a ideia de extensão sensivelmente obtida pelo tato, caso não houvesse o objeto que o homem sente. Assim, as ideias surgem de uma terceira via, que são as coisas externas, isto é, os objetos da realidade (DESCARTES, 2016).

Desse modo, ao se refutar o ceticismo e fundamentar as primeiras verdades claras e distintas, Descartes cria o seu sistema de obtenção das verdades do mundo, por meio do que ficou conhecido como o Método Cartesiano. Como comentado por Reale e Antiseri (2005b), tal método consiste em uma sequência de quatro regras que devem ser realizadas sucessivamente. A primeira regra, chamada de Regra da Evidência, consistem em considerar apenas o que lhe é dado como evidência, isto é, nunca se deve considerar verdadeiro o que ainda não foi, clara e distintamente, excluído do processo de dúvida, em especial, entram nessa regras todas as intuições puras da razão <sup>12</sup>. A segunda regra, chamada de Regra do Método Analítico, afirma que para todo problema estudado, deve-se dividi-lo em partes menores, para assim, remover ambiguidades e imprecisões. A terceira regra, Regra do Método de Síntese, consiste em reconstruir as cadeias causais e de ordem presentes no fenômeno analisado por meio dos elementos simples obtidos no processo de análise explicado anteriormente. Por fim, a regra quatro é revisar todas as passagens anteriores, para assim evitar equívocos (REALE; ANTISERI, 2005b). Esse método, que tem como fundamento as intuições, ganhou popularidade na era moderna e junto com o método empírico de Francis Bacon, fundou as bases do que posteriormente se chamaria de Método Científico.

Tendo em vista o que foi exposto acima, para Descartes, a forma de se conhecer as coisas e, portanto, fundamentar as ciências, perpassa necessariamente pelo juízos *a priori* do tipo ideias inatas. Deste modo, há uma hierarquia dos juízos, em termos de clareza e distinção, onde aqueles sobre Deus e as ideias inatas são o grau maior de certeza, e os mais distantes são aqueles sobre as coisas extensas. Tal inatismo cartesiano, gerou um longo debate epistemológico entre os que defendiam essa visão, a exemplo Leibniz,

---

<sup>12</sup>Essa noção de intuições puras da razão, isto é, ideias racionais dadas de forma direta, será amplamente atacada por Kant (2020).



## 2. O DEBATE DO APRIORISMO FORA DA ECONOMIA

que receberam o nome de racionalistas, e os que se opunham, a exemplo Hume e Locke, que receberam a alcunha de empiristas. O principal problema que gerava tal intriga era a existência das ditas ideias inatas e da confiabilidade dos sentidos, intriga que só foi parcialmente resolvida por Kant em sua *Crítica da Razão Pura*.

### 2.4 O Criticismo Kantiano e os Juízos *a Priori*

Nascido em Königsberg, atual Kaliningrado, na primeira metade do século XVIII, Immanuel Kant é um dos filósofos mais importantes para o debate epistemológico e, por conseguinte, para a fundamentação das ciências. Conhecida como a Revolução Copernicana da filosofia, a Filosofia Transcendental de Kant inaugurou inúmeros termos e conceitos amplamente presentes em todo debate moderno sobre o conhecimento de tal maneira que se é possível dividir o pensamento epistemológico em pré-kantiano e pós-kantiano.

A Filosofia Transcendental de Kant surge como uma tentativa de readaptar a antiga metafísica clássica e neoescolástica de Wölff aos novos problemas apresentados pelos medievais do fim do medievo e pelos modernos. Dentre eles, destacam-se as críticas de Francis Bacon às categorias aristotélicas, a queda da aceitação da causa final para a explicação de fenômenos físicos, o ressurgimento dos filósofos céticos no século XVI e, posteriormente, o surgimento dos empiristas ingleses, como Locke e Hume. Dos críticos da metafísica, o que mais inspirou e motivou Kant à escrita de sua obra, *Crítica da Razão Pura*, foi o inglês, David Hume. Nas obras do inglês, houve um amplo ataque à ontologia da causalidade e à possibilidade de conhecimento *a priori*, principalmente na noção de ideias inatas, defendida pelos racionalistas cartesianos (REALE; ANTISERI, 2005a).

Nesse sentido, para Kant resolver os problemas propostos por Hume, ele propõe a sua revolução copernicana da filosofia. Para ele, as coisas do mundo podem ser divididas em duas partes, as coisas enquanto si mesmas e as coisas enquanto objetos de conhecimento. O ser humano percebe o mundo por meio dos seus dados dos sentidos, contudo, a forma humana de perceber não é plena e nem passiva. Quando o homem percebe as coisas, elas se tornam objetos de conhecimento, e como tal, são parcialmente percebidas pela mente devido às próprias estruturas da mente. Isto é, a coisa em si pode ser dividida em mundo numênico, ou a coisa real, e o mundo fenomênico, ou a parte da coisa que é percebida pelo sujeito cognoscente. Assim, Kant vai a favor da tese empirista de que todas as ideias

têm como ponto de partida os dados da empiria, mas também vai ao encontro da tese racionalista de que nem todas as ideias são produzidos tão somente pela experiência. Com isso, a forma de se conhecer já está previamente condicionada pela própria estrutura da mente, similar a analogia de Leibniz do funcionamento da alma humana com um mármore com frisos (KANT, 2020; REALE; ANTISERI, 2005a).

Essa não passividade da forma do homem de conhecer é o que Kant denominou de Idealismo Transcendental. Como a relação que o sujeito tem com os objetos é ativa, há estruturas mentais que impõem aos objetos a forma com a qual eles são percebidos. Dessa forma, toda e qualquer experiência é composta pelo que aparece ao ser, por meio da sensibilidade, e pelas estruturas impostas a eles, por meio da intuição transcendental. Além disso, sua cópula é formada pela junção da intuição com o conceito. Daí a noção Kantiana de que pensamentos sem conteúdos são vazios, intuições sem conceitos são cegas. Com isso, toda a forma de experiência é mediada pelas estruturas cognitivas e físicas que o sujeito impõe ao objeto. Portanto, o ato de conhecer é dado sempre na mente, e não anterior a ela. Como o Idealismo Transcendental coloca o sujeito como o centro da experiência, inverte-se a relação epistêmica do sujeito com o objeto de conhecimento em voga anteriormente; surge daí a dita Revolução Copernicana (KANT, 2020).

Como Kant inverte a relação do sujeito e do objeto e agora o objeto é dado pelo sujeito, sua filosofia abre margens para o surgimento de juízos sintéticos *a priori*, isto é, juízos ampliativos que podem ser extraídos anteriormente à experiência. Como, para ele, o sujeito cognoscente impõe condições aos objetos para eles se tornarem objetos de conhecimento, pode-se, portanto, por meio dessas mesmas condições, versar sobre os próprios objetos. É daí que surge o primeiro salto de Kant para o mundo dos juízos sintéticos *a priori* que, para ele, fundamenta todas as ciências. Em outras palavras, todas as áreas do conhecimento que podem atingir o patamar de ciência devem trazer consigo fundamentos baseados em tais juízos (KANT, 2020).

Adentrando mais profundamente na epistemologia kantiana, o filósofo prussiano afirma que o começo de todo conhecimento se origina da faculdade sensível, mas como dito anteriormente, não necessariamente dela se deriva. Tal faculdade não é vazia e muito menos um mero receptor passivo dos dados da realidade, isto é, não é limpa de filtros. Nela, a produção de sensações provêm do que é dito de intuições puras e empíricas. As intuições são aquilo aos quais os conhecimentos se relacionam com os objetos de forma

## 2. O DEBATE DO APRIORISMO FORA DA ECONOMIA

direta. No caso das intuições sensíveis, elas são tudo aquilo presente na faculdade sensível que permite a apreensão das propriedades no contato empírico com os objetos, a exemplo, a percepção da cor concreta de uma flor em particular necessita da intuição sensível da cor. Já as intuições puras, são as formas da sensibilidade que operam como condicionantes a toda e qualquer ato sensível, isto é, dados *a priori* que condicionam a experiência possível. Para Kant, as únicas intuições puras são o espaço e o tempo, pois, toda e qualquer experiência se condiciona à extensionalidade e à temporalidade dos fenômenos. Em outros termos, para que o sujeito possa produzir as representações ou sensações de uma flor concreta, ele deve, no ato de conhecer, possuir uma estrutura mental capaz de abarcar a intuição sensível da cor, pois a coloridade se dá na experiência; e capaz de abarcar, a exemplo, a intuição pura<sup>13</sup> do espaço, pois a espacialidade é condição necessária a toda e qualquer experiência (KANT, 2020; REALE; ANTISERI, 2005a).

Para Kant, outra faculdade importante no processo de produção do conhecimento é a faculdade do entendimento que opera em conjunção com a faculdade da sensibilidade. Desse modo, assim como as intuições são a matéria que constitui as sensações na faculdade sensível, os conceitos são aquilo que constitui os pensamentos. Porém, apesar das intuições e dos conceitos pertencerem cada um à sua faculdade, eles atuam em conjunção para a produção do conhecimento. Em outras palavras, nenhuma mente que atue por intuições sem seu respectivo conceito, nem uma mente que atue por conceitos sem suas respectivas intuições, é capaz de conhecer algo. Similarmente às intuições, os conceitos são também divididos em conceitos sensíveis e puros. Os conceitos sensíveis são os conceitos que possuem material empírico. Já conceitos puros são aqueles que não possuem nenhum material empírico misturado a eles. Dentro desse esquema, os conceitos puros são o que podem ser entendidos como categorias, ou formas da razão. São eles que, juntos com as intuições puras, formam os juízos sintéticos *a priori* que formulam todas as ciências (REALE; ANTISERI, 2005a).

Contudo, apesar de resolver o problema apresentado por Hume, sua defesa dos juízos sintéticos *a priori* não foi muito aceita, principalmente dentro da defesa da matemática. Assim, autores como Frege, Russell buscaram fundamentar a matemática como analítica, o que ficou conhecido como o logicismo. Além disso, alguns outros autores foram além e defenderam a não existência de juízos sintéticos *a priori*, os famosos empiristas lógicos.

---

<sup>13</sup>De forma mais preciosista, as intuições puras não são produzidas na experiência, e sim, pré-existem como uma forma da sensibilidade.



# Capítulo 3

## Senior e a Razão Econômica

Nascido em Berkshire, Inglaterra, em 1790, Willian Nassau Senior foi, junto com John Stuart Mill e Jeremy Bentham, um dos grandes pensadores que fundamentaram as bases da economia clássica e, por sequência, a economia neoclássica. Ele é conhecido por contribuições na teoria do valor e no debate metodológico inglês das ciências econômicas, dentre eles se destacou a crítica dele ao empirismo (SAGAL, 1977; FEIJÓ, 2023).

Com o surgimento da economia clássica de Ricardo, que pode ser vista como uma continuação das obras de Smith, a Economia Política começou a ganhar espaço dentro do debate público. Assim, as teorias ricardianas começaram a ser aplicadas para explicar os fenômenos sociais. Nesse aspecto, surgiu um grupo de pensadores que tentaram aplicar a teoria do valor na defesa do socialismo em meados de 1820<sup>1</sup> (BORGUCCI; SERRANO, 2012). Dessa forma, para se opor à visão socialista de economia clássica expressa pelos grupos supracitados e para resolver algumas contradições presentes na teoria do valor ricardiana<sup>2</sup>, alguns economistas buscaram remover o enfoque mais social, no sentido de análise dos conflitos de classes, presente na economia clássica e fundamentar a economia sob bases mais racionais (BORGUCCI; SERRANO, 2012). Nesse cenário é que se passam a vida e as influências do pensamento metodológico econômico de Senior.

Nesse sentido, o inglês buscava construir e fundamentar a ciência econômica em princípios mais sólidos e racionais, com base no método hipotético-dedutivo. Esse método

---

<sup>1</sup> A utilização da teoria do valor de Ricardo para construir uma defesa do socialismo ganhou sua maior forma em 1867 com a publicação de *O Capital* por Karl Marx, na qual ele reformula o valor-trabalho ricardiano na estrutura dialética histórica da exploração (FEIJÓ, 2023).

<sup>2</sup> Esse objetivo fundou as bases do que seria depois a teoria do valor-utilidade e, em sua forma mais plena, a teoria da utilidade marginal proposta pelos marginalistas. Não obstante, o próprio Senior já nota a importância da utilidade na determinação do valor em 1836 (SENIOR, 1965).

consistia na formulação teórica de hipóteses fundamentais, obtidas pela experiência ou não, e no uso da dedução para encontrar as verdades econômicas. Dessa forma, a economia consistiria em uma ciência teórica necessária<sup>3</sup>, ao contrário da contingente presente nas ciências históricas<sup>4</sup> (BORGUCCI; SERRANO, 2012).

Essa noção de uma base racional em forma de leis universais para a ciência econômica pode ser vista também nos conterrâneos do inglês, a exemplo de Mill. Porém, Mill dava um valor igual ao método da razão e o método empírico para a descoberta e discussão dessas leis. Já, para Senior, a dificuldade de isolamento de variáveis inerente à complexidade econômica, inviabilizava o uso dos sentidos para a clara análise dos fenômenos econômicos. Dessa forma, apesar de, para ele, a empiria fornecer dados da realidade, ela não é capaz de criar e refutar as teorias, tendo assim, a razão, o enfoque principal nesse papel. Assim, apesar de Senior não ser um apriorista no sentido estrito da palavra, ele defendia a supremacia dos juízos *a priori* na formulação e no debate da ciência econômica (BORGUCCI; SERRANO, 2012; FEIJÓ, 2023).

### 3.1 A Ciência Econômica Pura de Senior

A ciência econômica na visão de Senior, é definida como a ciência que se ocupa de explicar a natureza, a produção e a distribuição da riqueza, o que evidencia o enfoque clássico de sua abordagem ao traçar um paralelo intrínseco entre o objeto de estudo da ciência econômica e a riqueza. Nesse sentido, a economia serviria como uma subalterna da análise do direito e da legislação de forma tal que ela deveria expressar apenas as condições necessárias presentes nos mercados e nas relações econômicas, enquanto a legislação deveria atuar na parte prática e contingente do mundo, principalmente em termos da aplicação pragmática dos conhecimentos econômicos. Portanto, a economia se constituiria apenas como uma área estritamente teórica, isto é, uma ciência pura (SENIOR, 1965). Além disso, para Senior, essa confusão entre o que é escopo da economia política e o que é da outra ciência a qual ela é subalterna é o que gerou os conflitos entre os economistas e o público geral<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> A acepção de necessária, nesse caso, significa que as leis econômicas são universais em todos os períodos e povos, isto é, a economia deriva-se da natureza humana e não de processos históricos.

<sup>4</sup> Essa defesa de uma ciência econômica não histórica seria futuramente vista em Menger, descrita no capítulo 4 do presente texto.

<sup>5</sup> O que é possível traçar um paralelo com problema do ricardianismo político presente em seu período (BORGUCCI; SERRANO, 2012).

### 3. SENIOR E A RAZÃO ECONÔMICA

Outra confusão replicada pelos economistas, afirma o inglês, é no enfoque que a experiência possui na determinação das teorias. Como já comentado, Senior defendia uma primazia da razão em relação aos sentidos, pelo menos dentro do âmbito econômico. Segundo ele, por valorizar demais a experiência, os cientistas econômicos acabam por ignorar a precisão dos conceitos e, assim, valorizam demais aspectos políticos, preditivos e aplicados da teoria, o que resulta numa alta fraqueza teórica e num maior grau de imprecisões e erros cometidos pelos economistas. Na visão de Senior, a ciência econômica é uma ciência de termos e a função daqueles que se engajam em tal área do conhecimento é explicitar os conceitos e demonstrar sua natureza e condições pré-existentes (SENIOR, 1965).

Sendo a ciência econômica uma ciência de termos, a primeira coisa que Senior faz em seu *An Outline of the Science of Political Economy* de 1836 é explicitar e definir os conceitos usados dentro da economia. Segundo ele, a riqueza é o conjunto de todas as coisas, e apenas as coisas, que são transferíveis, limitadas em oferta e que, de forma direta ou não, produzem prazer ou previnem dor nos homens, em outras palavras, que possuem valor (SENIOR, 1965). Nesse sentido, o *status* ontológico de riqueza, isto é, a propriedade de algo ser uma riqueza, e o valor dessa coisa, para ele, são intimamente ligados. Assim, o que confere valor às coisas do mundo são 3 propriedades pré-existentes:

1. Utilidade;
2. Escassez (ou Limitação de Oferta);
3. Transferibilidade.

A utilidade seria a capacidade inerente do item de produzir prazer ou remover a dor dos homens; sem ela, não haveria o porquê das pessoas almejarem os bens. Em paralelo, a limitação de oferta do bem seria a impossibilidade do homem dispor do bem apenas pelo trabalho de tomar posse dele, isto é, que sua ação de obter o bem envolva custos. Já a transferibilidade seria a capacidade dos agentes de obter para si ou para outro e alienar de si ou de outro, em recíproco processo, as satisfações ou negações de dores que os bens provém, isto é, a capacidade de transferir a posse dos bens entre agentes. Nesse sentido, para Senior, a 2ª propriedade era a mais importante, pois é ela que garante o valor, dado o princípio humano de amor pela variedade e distinção (SENIOR, 1965)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Um dos fatores interessante de se perceber é a proximidade dos conceitos e dos determinantes do valor presentes dentro da economia de Senior com a dos neoclássicos marginalistas, mesmo 40 anos antes do marginalismo surgir.

Dada a noção de valor e riqueza, Senior busca definir as causas que afetam o valor das coisas. O valor, para ele, pode ser dividido em valor intrínseco e extrínseco, o valor intrínseco seria o valor da coisa em si dada a partir da utilidade e escassez do bem por si só. Já o valor extrínseco é o valor da coisa dada a partir do valor dos outros bens. A exemplo, uma maçã possui um valor intrínseco por sua utilidade e escassez, mas ela possui um valor em termos de quanto se é possível trocar por essa maçã, no caso, 2 laranjas. Nesse sentido, as causas que afetam o valor intrínseco são ditas causas intrínsecas e as causas que afetam o valor extrínseco são ditas causas extrínsecas.

Dessa forma, dentre as causas que modificam o valor extrínseco, está a oferta e a demanda relativas dos bens. Em outras palavras, quanto menor for a oferta de um bem relativo aos outros bens, maior será o valor extrínseco desse bem; já quanto maior for a oferta de um bem relativo aos outros bens, menor será o valor extrínseco desse bem. Nesse sentido, o valor do bem, apesar de estar relacionado às características concretas da coisa, pode sofrer alteração dos fenômenos de mercado (BORGUCCI; SERRANO, 2012; SENIOR, 1965)<sup>7</sup>.

A partir da definição dos termos usados na economia, Senior defende que a conjunção de tais termos com uma série de postulados, resultantes da observação e da consciência humana, é capaz de produzir as leis econômicas fundamentais para o soerguimento da economia política. Nesse sentido, ele afirma que esses pressupostos necessário se configuram nas quatro proposições elementares seguintes (BORGUCCI; SERRANO, 2012; SENIOR, 1965):

1. Todos os homens almejam obter mais riqueza com o menor sacrifício possível.
2. O número de pessoas no planeta só é limitada pela restrições materiais que afligem as classes.
3. O nível de produção pode ser indefinidamente aumentado conforme aumenta o nível de trabalho ou de instrumentos empregados.
4. O nível de produção agrícola aumenta de forma menos que proporcional com o aumento do número de trabalhadores empregados em tal atividade.

---

<sup>7</sup> Essa abordagem objetiva do valor de um bem seria posteriormente atacada dentro da corrente subjetivista do valor defendida pelos marginalistas, a exemplo de Menger.



### 3. SENIOR E A RAZÃO ECONÔMICA

O primeiro postulado se refere ao princípio benthaminiano de busca de mais prazeres. Porém, para Senior, os indivíduos possuem distintos desejos e objetivos, dados de forma heterogênea no tempo e entre as classes. Em vista disso, há algo que, segundo ele, todos os homens almejam, o dinheiro, ou forma abstrata da riqueza. Na visão do inglês, o dinheiro por ser o termo médio de todas as trocas, é capaz de agregar todas as necessidades humanas em um desejo universal. Ademais, como toda forma de valor, o dinheiro também possui um custo, que as pessoas buscam evitar ou minimizar, como visto nas condicionantes do valor supracitadas. Assim, pelo seu caráter universal, todas as pessoas visam aumentar sua riqueza sob o menor sacrifício possível, conforme enunciado no primeiro postulado (BORGUCCI; SERRANO, 2012).

Por sua vez, o segundo postulado se relaciona com a noção malthusiana de crescimento populacional. Nesse sentido, para Senior, a taxa de crescimento populacional, e assim a demanda dos bens, está diretamente relacionada com a taxa de crescimento da oferta de produção agrícola. Assim, ele concorda em partes com a armadilha malthusiana da limitação do crescimento dos mercados parametrizado pelo crescimento dos sistemas de plantio. Dessa forma, não havendo nenhuma limitação material ou moral para a reprodução humana, esta tende a continuar seu crescimento de forma indefinida (BORGUCCI; SERRANO, 2012).

Já no terceiro postulado, Senior mostra uma das primeiras noções da produção de riqueza entre as classes. Para ele, a forma em que a riqueza é produzida é por meio da produção de bens, os quais surgem a partir, dentre outros aspectos, do trabalho. Assim, quanto mais labor alocado no exercício de uma função, maior serão, os resultados fabricados a partir desse trabalho (BORGUCCI; SERRANO, 2012).

Por fim, o último e quarto postulado constitui-se como uma referência aos rendimentos marginais decrescentes da terra proposto por Ricardo. Segundo Senior, devido a capacidade produtiva de cada trabalhador agrícola ser homogêneo e o espaço limitado, cada acréscimo de trabalho acaba por gerar um retorno cada vez menor, isto é, que o rendimento marginal agrícola é decrescente. Essa ideia de rendimentos decrescentes serve para entrar em acordo com as noções ricardianas de equilíbrio e queda marginal dos lucros da renda da terra (BORGUCCI; SERRANO, 2012).

Tendo em vista esses postulados e com alguns corolários a mais, Senior esperava conseguir explicar todos os fenômenos de produção e distribuição. Nesse sentido, pela defesa

de uma visão de ciência econômica mais axiomática com base na utilização de postulados e do método dedutivo, o inglês se utiliza de conceitos *a priori* para fundamentá-la. Dessa forma, Senior se enquadra em uma espécie singular de apriorismo de corrente mais analítica que iria posteriormente fundamentar as formulações conceituais e metodológicas dos marginalistas, principalmente das escolas inglesas vistas em Jevons e Marshall. Assim, a metodologia de Senior, com influência de Say e Mill, é a primeira corrente mais apriorista a surgir em economia e, mesmo sendo pioneira, ela conseguiu abordar temas que só seriam vistos 40 anos depois com Menger.

# Capítulo 4

## Menger e a *Methodenstreit*

Nascido em *Neu Sandez* na atual Polônia, antiga Austria Galicia ou Polônia Austríaca, o economista, Carl Menger, é conhecido como um autor original em suas ideias econômicas. Ele fundou sua própria escola de economia, a Escola Austríaca, e teve um papel crucial, junto com Walras e Jevons, no que ficou conhecido como a Revolução Marginalista, uma das mais importantes mudanças de paradigmas presentes na ciência econômica. Dentre suas principais participações no debate econômico, destaca-se a sua defesa do método dedutivo para a formulação de teorias econômicas, no que ficou conhecido como a *Methodenstreit*, ou, em português, a *Batalha dos Métodos*.

Esse debate proporcionado por Menger consistiu em uma série de cartas e livros publicados entre o austríaco e o principal proponente da Escola Histórica, o alemão Gustav von Schmoller. O foco principal dessas correspondências eram as desavenças metodológicas cultivadas entre si, a respeito de qual deveria ser a forma correta de se teorizar o funcionamento da economia. Para os historicistas, predominava-se o método indutivo e histórico para a compreensão dos mercados. Já para Menger, a economia era regida por leis universais que deveriam ser obtidas por meio do método dedutivo <sup>1</sup> (FEIJÓ, 2023; LÖW, 2008).

No período em que Menger publicava, o Império Austríaco não possuía uma forte doutrina econômica e pouco dos ideais da Economia Política Inglesa, de figuras como Smith e Ricardo, haviam adentrado no país. Nesse sentido, a principal corrente de pensamento econômico presente na Áustria e nos demais países germânicos era a já mencionada Escola Histórica Alemã, cuja origem remete ao economista e pensador do pan-germanismo (cor-

---

<sup>1</sup> Posteriormente, será detalhado melhor como funcionava o sistema mengeriano de obtenção de leis universais.

rente que defendia o *Zollverein*), Daniel Friedrich List. Essa escola tinha como doutrina principal a noção do processo econômico como um processo histórico. Para os historicistas, a sociedade é um único corpo orgânico e natural. Assim, a melhor forma de se analisar os fenômenos econômicos seria por meio da empiria e, por tanto, preponderaria o método indutivo (FEIJÓ, 2023). Além disso, pelo historicismo considerar os tecidos sociais em suas totalidade, o foco principal deles era no entendimento da mecânica de entes agregados como nação, país e governo. Desse modo, como as sociedades são heterogêneas no tempo, isto é, por exemplo, os povos sumérios da idade do bronze possuem características culturais distintas dos povos germânicos da era vitoriana, então não é possível existirem leis econômicas universais, apenas leis contingentes historicamente determinadas (LÖW, 2008).

Tal doutrina dominante na Áustria não agradava muito a Menger, que, em um curto espaço de tempo, produziu muitas obras criticando essa metodologia histórica. Em 1871, o austríaco produziu seu primeiro livro sobre economia, *Princípios de Economia Política*<sup>2</sup>. Em 1883, no apogeu do historicismo, ele publica o *Investigações sobre o Método das Ciências Sociais com Especial Referência à Economia*<sup>3</sup>. Por fim, em 1884, ele publica um livro resposta a Schmoller, intitulado de *Os Erros do Historicismo na Economia Alemã*<sup>4</sup> (FEIJÓ, 2023; LÖW, 2008). Apesar de Menger publicar posteriormente outros livros, tais obras não tinham mais o enfoque metodológico, abordando, assim, teoria econômica.

## 4.1 O Método Dedutivo Mengeriano

Apesar de Menger ser um autor que trouxe grandes impactos para a discussão metodológica em economia, ao contrário de seus sucessores – como Mises, que escreveu 3 livros, e Hayek, que escreveu *papers* sobre o assunto – há pouquíssimas passagens de suas obras que expliquem sua visão epistemológica e ontológica. Alguns de seus comentadores acreditam que isso se deve ao fato do austríaco ter focado boa parte de seu tempo no objetivo de contrapor e refutar a visão historicista dominante de sua época, em vez de sistematizar seu próprio corpo metodológico. Nesse sentido, uma das melhores obras para se compreender a filosofia mengeriana é em seu primeiro livro, *Princípios de Economia*

---

<sup>2</sup> *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre.*

<sup>3</sup> *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften und der politischen Oekonomie insbesondere.*

<sup>4</sup> *Die Irrtümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie.*

#### 4. MENGER E A METHODENSTREIT

*Política*, que, mesmo não tendo esse enfoque, apresenta algumas seções em que expõe melhor sua visão (FEIJÓ, 2021). Assim, o que os comentadores de Menger colocam como tese principal é que ele era um aristotélico, ou pelo menos, que Aristóteles teve grande influência na estruturação de seu corpo teórico. Algo que é muito razoável de se propor, visto que a visão aristotélica era uma das principais correntes ensinadas no Império Austríaco de sua época (FEIJÓ, 2021; FEIJÓ, 2023). Outro fato que corrobora essa tese é a ampla utilização do vocabulário aristotélico e citações ao estagirita presentes na obra (MENGER, 2021; FEIJÓ, 2021; GORDON, 1993). Portanto, as noções aristotélicas de ser, substância, essência, forma e matéria, além da teoria das causas, podem ser utilizadas para a compreensão da filosofia do austríaco.

Para Menger, as coisas do mundo possuem uma certa constância. Essa constância é o que define a substância em termos de sua essência e de seus acidentes (FEIJÓ, 2021; KAUDER, 1957). Assim, como em Aristóteles, a essência dessa substância é aquilo que compõe de forma necessária a coisa. Por exemplo, ao se observar um homem em particular ele pode possuir inúmeras características, porém algumas delas estão presentes em todo e qualquer homem particular. Uma delas seria a propriedade de ser um animal. Além disso, a lógica presente no mundo é a lógica presente na mente, outro ponto compartilhado entre o estagirita e o austríaco. Assim, é possível, pelo processo de abstração conhecer em si as coisas do mundo. No caso de Menger, para ele, é possível conhecer a natureza dos objetos e fenômenos econômicos, uma vez que possuem essa característica essencial (FEIJÓ, 2021). A passagem que demonstra a crença dele, na existência de leis constantes na ciência econômica que podem ser obtidas pela abstração é vista já em seu *Princípios de Economia Política*.

Esse é o método que seguiremos na presente obra. Na exposição que segue, procuramos reduzir os complexos fenômenos da economia humana aos elementos mais simples, ainda acessíveis à observação segura, dar a cada um desses elementos simples o peso que por natureza lhes cabe e, com base nisso, investigar como os fenômenos econômicos mais complexos evoluem normalmente a partir de seus elementos mais simples. (MENGER, 2021, p. 50)

Essa noção, Menger atribui ao método das ciências naturais, que segundo ele, era muito prolífica no seu tempo. Contudo, ele também comenta que apesar de tal método das ciências naturais ser positivo, a simples utilização de seus métodos dentro das ciências humanas gerou resultados desastrosos.

As tentativas até agora feitas no sentido de transferir pura e simplesmente as características do método das ciências naturais para a pesquisa no setor da Economia Política têm levado aos mais graves erros metodológicos, como comparar os fenômenos da Economia Política com os das ciências naturais em bases analógicas puramente externas. (MENGER, 2021, p. 50 - 51)

Assim, Menger propõe um novo método para as ciências humanas, em especial a economia. Tal método consiste na busca e descoberta das condições existentes no mundo, que imperam sobre o homem em sua tentativa prática de atendimento de suas necessidades. Isto é, a ciência econômica, em sua visão, não deveria nem ser uma ciência natural, pois negaria os aspectos fundamentais da liberdade humana, nem uma ciência histórica, nos moldes do historicismo, pois, ao negar a existência de leis, negar-se-ia, também, toda a ciência econômica. Assim, ela deveria ser um meio termo entre ambas, ou seja, a economia deveria ainda sim considerar o livre-arbítrio dos homens, evitando-se assim, a visão mecanicista das ciências naturais, mas também considerar e investigar os aspectos, ou condições, dos fenômenos econômicos que independem da vontade singular do homem, evitando-se assim, a visão relativista presente nos historicistas. Da relação destes dois aspectos, surgiriam as leis econômicas (MENGER, 2021; FEIJÓ, 2021).

Portanto, o método mengeriano, derivado do método aristotélico, tem como base o método dedutivo e a descoberta das causas dos conceitos e dos fenômenos econômicos, sempre focado nas condições que tais objetos possuem para serem um objeto da economia. Isto é, para Menger, a ciência econômica deve primariamente se utilizar do método dedutivo e, com ele, compreender as causas<sup>5</sup> dos fenômenos econômicos. Não obstante, Feijó, para analisar Menger, traz o ponto de Max Alter, um famoso comentador de Menger, na qual afirma que as condições necessárias mengerianas para os bens são nada mais do que as quatro causas aristotélicas trazidas para o mundo imaterial (FEIJÓ, 2021).

Assim, para Menger, a forma de se produzir conhecimento em economia, apesar de não negar a empiria, perpassa necessariamente pela noção dos juízos *a priori*. A ciência econômica seria de base *a priori*, pois, assim como em Aristóteles, todas as ciências são assim, e mais, a economia, por focar não na dinâmica em si, mas nas condições necessárias e nos conceitos, teria um caráter especial, em que um nível moderado de apriorismo seria mais do que bem-vindo.

---

<sup>5</sup> Causas aqui refere-se às quatro causas aristotélicas.

## 4.2 A Doutrina do Valor e dos Bens

Dentro da teoria, Menger, busca entender o funcionamento da economia por meio do que ele chamou de natureza dos bens e do valor, ou doutrina geral dos bens e do valor. Em outras palavras, a partir do conhecimento das causas dos elementos da economia, como os fenômenos econômicos se desenvolvem (MENGER, 2021). Nesse sentido, Menger parte do conceito de causalidade. Para o austríaco, em consonância a Aristóteles, todos os fenômenos do mundo são regidos por uma relação de causa e efeito. Isto é, tudo que existe existe devido a algo, *ex nihilo nihil fit*, e toda mudança existe por algum motivo. Tal princípio, segundo ele, não poderia ser dado ou refutado pela experiência. Assim, a função do cientista é conseguir encadear as relações de causalidade presentes na realidade e, assim, conseguir fundamentar uma teoria (MENGER, 2021).

Nesse sentido, para Menger, o aspecto fundamental que forma os fenômenos econômicos, é o próprio reconhecimento do homem sobre o princípio de causalidade na mudança de seus estados de necessidade. Em outras palavras, as pessoas, reconhecendo o princípio de causalidade, buscam sair de um estado de necessidade para um estado de satisfação. Assim, para o austríaco, as coisas que se podem ser colocadas em nexos causais com a satisfação das necessidades humanas se intitulam de utilidades. Já os bens, seriam as utilidades na medida que os homens reconhecem tal nexo causal (MENGER, 2021).

A encontro dessa noção, Menger define as quatro condições necessárias para que algo seja um bem. Elas são, conforme visto no livro *Princípios de Economia Política* (MENGER, 2021, p. 56 - 57):

1. A existência de uma necessidade humana;
2. Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocadas em nexo causal com a satisfação da referida necessidade;
3. O reconhecimento, por parte do homem, desse nexo causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade;
4. O homem poder dispor dessa coisa, de modo a poder utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade.

Com isso, a qualidade de ser um bem não é algo inerente a coisa, ao contrário do que acredita-se na teoria do valor-trabalho. Tal qualidade surge da relação do homem com

as coisas no atendimento de suas necessidades. Essa é, portanto, uma das contribuições de Menger para o marginalismo, a subjetividade inerente aos processos econômicos, em específico, a subjetividade do valor (MENGER, 2021).

Compreendida a natureza dos bens, é possível tipificá-los enquanto a suas ordens de satisfação das necessidades. Caso um bem seja posto emnexo causal direto com a satisfação, ele se torna um Bem de Primeira Ordem, ou bem de consumo. Porém, caso o bem seja posto emnexo causal indireto, ele se torna um Bem de Ordem Superior, ou bens de capital (MENGER, 2021). Um exemplo que pode explicar o ordenamento dos bens é a água e o pão. A água, para o sedento, pode servir como um bem de primeira ordem, pois disso pode se fazer umnexo causal direto entre a água e a satisfação da sede. Porém, essa mesma água pode ser usada para se fazer o pão e este satisfazer a fome de um faminto, sendo assim, um bem de ordem superior, pois pode-se estabelecer umnexo causal indireto entre a água e a satisfação da fome. Desse modo, a depender das necessidades humanas, os bens podem assumir diferentes ordens.

Tendo em vista isso, Menger estabelece as seguintes relações necessárias que os bens assumem no tocante a sua ordem (MENGER, 2021, p. 64 - 74):

1. Nos bens de ordem superior, a respectiva qualidade específica de bem existe porque temos igualmente à nossa disposição os bens complementares correspondentes.
2. Nos bens de ordem superior, a respectiva qualidade de bem depende dos bens de ordem inferiores correspondentes.

Em outras palavras, no exemplo anterior da água e do pão, caso a pessoa faminta se disponha da água, porém não de seu respectivo complementar, a farinha, para que assim, possa fazer o pão, então a água não é um bem. Além disso, caso a pessoa faminta tenha a água, porém o pão não seja visto como um bem, então a água também não será.

Por fim, Menger tipifica os bens em relação a incerteza de seus atributos. Caso, a pessoa conheça as qualidade e quantidades do bem em termos da satisfação de suas quantidades, o bem é um Bem de Disposição Direta. Isto é, o indivíduo conhece o porquê e o quanto é necessário se dispor do bem para a satisfação de sua necessidade. Caso haja incerteza sobre esse processo, o bem é classificado como Bem de Disposição Indireta (MENGER, 2021).



#### 4. MENGER E A METHODENSTREIT

Da doutrina sobre os bens surge, em Menger, a doutrina sobre o valor. O valor, para o austríaco, consiste na importância que o indivíduo dá a determinados bens, pelo fato dele conscientemente perceber que só pode satisfazer uma necessidade, a medida que se dispõe desse bem (MENGER, 2021, p. 129 - 130). Em outras palavras, mantendo-se o exemplo do pão, o valor que faminto dá para o pão é a importância que ele dá a satisfação de sua fome em detrimento de se dispor, isto é, consumir o pão <sup>6</sup>. Portanto, e como Menger comenta, torna-se claro que só é possível haver valor nos bens e em nada mais. Além disso, tal qual a doutrina dos bens, o valor não reside nas coisas em si, e sim, na percepção humana da relação do homem com as coisas (MENGER, 2021). A partir desse conceito, o austríaco afirma que, conforme a pessoa vai se dispondo do bem, isto é, conforme ele vai suprindo a necessidade, a importância que o indivíduo dá ao bem, isto é seu valor, diminui (MENGER, 2021). Assim, pode-se obter a famosa tabela de valorações marginais amplamente usada em economia e que fundamenta todas as relações de trocas, de oferta, de demanda e dos preços.

Dessa forma, Menger se utiliza de conceitos *a priori*, mesmo que não dissociados da experiência, e do método dedutivo para a obtenção de leis econômicas que para ele, são exatas, isto é, que correspondem exatamente ao funcionamento dos mercados e da mente humana. Assim, é possível compreender o sistema mengeriano como um tipo singular de apriorismo moderado. Uma vez que defende a existência e a importância dos juízos *a priori* para a fundamentação do conhecimento econômico, porém, que não nega e se utiliza dos conhecimentos advindos da experiência. Contudo, apesar dessa metodologia ter sido bem efetiva no combate ao historicismo, ela não foi amplamente divulgada, o que a deixou restrita ao seguidores de Menger. Contudo, apesar de pouco usada, ela impactou um dos maiores defensores do apriorismo no início do século XX, o austríaco e seu aluno indireto, Ludwig Von Mises.

---

<sup>6</sup> Nessa passagem de Menger sobre o valor pode-se ver a ideia precursora da dualidade escolha-sacrifício presente na economia moderna.



## Capítulo 5

# Mises e a Praxeologia

Nascido em Lviv, antigo território do Império Austro-Húngaro, o economista, Ludwig von Mises, é talvez o autor que mais trouxe críticas sobre os modelos empíricos em defesa do que se ficou conhecido como ultra racionalismo (SAGAL, 1977) ou apriorismo extremo (ROTHBARD, 1957). Sua visão sobre o funcionamento dos fenômenos econômicos se demonstra peculiar em relação aos outros economistas de seu tempo. Dentro de um paradigma mais empírico presente na década de 1920, contribuído principalmente pelas críticas Keynesianas à economia clássica e neoclássica, Mises se mostrou na contramão da tendência do início do século e lançou uma série de livros não só em defesa da corrente apriorista das ciências econômicas, como numa retomada da visão mais Kantiana de se entender os fenômenos. Um total contraponto ao paradigma empírico que estava se formando na ciência, muito pelas contribuições de seu contemporâneo e colega da Universidade de Viena, Karl Popper.

Dessa forma, Mises buscava uma retomada da antiga forma de se fazer economia, mas com algumas alterações, mudanças estas que ele chamou de bases praxeológicas. Fundamentos que geram o alicerce do que Mises chamava de ciências da ação, ou praxeologia (MISES, 2010). Esse suposto novo campo do conhecimento não seria um novo ramo em si, mas sim os campos já conhecidos que tratam da ação dos homens, e para ele, a mais importante delas seria a economia (MISES, 2010). A praxeologia, segundo ele, teria esse *status* diferente, pois seria uma ciência humana com metodologia própria, não sendo assim, nem uma cópia da física e nem baseado em discussões históricas, como é a antropologia. Ela seria, assim, baseada nas noções *a priori* do entendimento humano e deduzindo, a partir disso, a relação do homem com as coisas (MISES, 2010).

## 5.1 Conceitos Iniciais

Um dos primeiros elementos que se deve atentar para se compreender o pensamento misesiano é que ele é um autor neo-kantiano, sendo assim, ele considera todas as proposições básicas do pensamento de Kant. Nesse sentido, Mises aceita como base todas as noções kantianas de *a priori* e *a posteriori*, analítico e sintético, *noumenon* e *phaenomenon*, objeto e coisa e todos os outros elementos contidos na *Crítica da Razão Pura*.

Porém, Mises adiciona uma questão crucial que, segundo Hoppe, um dos intérpretes de Mises, não foi considerada por Kant, a relação entre o mundo numênico e fenomênico criado pela interação humana com as coisas. Isto é, o homem, por meio das noções mentais e crenças por ele adquiridas no mundo percebido, interage, pela ação, com as coisas em si. Nesse sentido, há uma ponte entre esses dois mundos, a mente se conecta ao mundo exterior. Dentro do tema sobre o idealismo Kantiano, Hoppe comenta:

Mises fornece a solução para este dilema. É verdade, como Kant diz, que proposições sintéticas a priori verdadeiras são baseadas em axiomas autoevidentes e que estes axiomas devem ser compreendidos através da reflexão sobre nós mesmos ao invés de serem “observáveis” em qualquer sentido. Todavia, devemos ir mais além. Temos que reconhecer que estas verdades necessárias não são simplesmente categorias de nossa mente, mas também levar em conta o fato de que nossa mente está incorporada em pessoas que agem. Deve-se compreender que nossas categorias mentais são baseadas fundamentalmente nas categorias de ação. E tão logo se reconheça isso, imediatamente todas as sugestões idealísticas desaparecem. Em seu lugar, uma epistemologia que reivindica a existência de proposições sintéticas a priori verdadeiras se torna uma epistemologia realística. Desde que ela seja entendida como baseada fundamentalmente nas categorias de ação, está superado o abismo entre o mundo mental e o mundo, físico, externo, real. Como categorias de ação, elas devem ser coisas mentais tanto quanto elas são características da realidade. Pois é através de ações que a mente e a realidade entram em contato. (HOPPE, 2010, p. 18-19)

Dessa forma, as categorias mentais de causalidade, tempo, finalidade e outras presentes na obra Kantiana são também categorias da ação, isto é, não se pode pensar a ação para fora desses conceitos <sup>1</sup>. Assim, para entender Mises, deve-se anteriormente entender Kant.

---

<sup>1</sup> Um ressalvo muito importante para entender essa questão é compreender o significado ao qual Mises dá para ação. Segundo ele, ação é um produto da racionalidade, isto é, é um movimento consciente e propositado. Portanto, as categorias que a racionalidade está sujeita são as mesmas categorias que a ação está sujeita (MISES, 2010).

### 5.1.1 O substrato permanente da epistemologia

Partindo para a filosofia de Mises *per se*, uma das primeiras coisas que deve ser compreendida, para entender seu apriorismo é a relação de permanência. Não à toa que *O Substrato Permanente da Epistemologia* é a primeira seção do primeiro capítulo de seu livro *O Fundamento Último das Ciências Econômicas*, livro cujo objetivo principal era rebater as críticas que sua metodologia sofreu principalmente após o lançamento do *Ação Humana*.

Para o austríaco, a visão de Heráclito de que tudo flui e está em constante devir não faz sentido epistemicamente, pois, para que haja conhecimento, é necessário que tais ideias estejam em um substrato permanente. Isto é, para que um ente possa saber de algo, é necessário que algo no ente seja constante em todos os tempos para que, assim, esse conhecimento repouse. Caso não houvesse tal substrato, em cada instante de tempo, o ente seria outro, e não seria possível, então preservar o que foi adquirido no passado para o presente (MISES, 1962). Essa visão é similar a ideia de permanência dentro da apercepção transcendental de Kant, em que a condição principal, tal qual observou Descartes, é a própria noção do eu e sua permanência no tempo (KANT, 2020). Esse substrato permanente, portanto, é o que compõe a mente e se mantém no ser em todo o tempo. Assim, pelo menos, para cada indivíduo de forma particular, há uma estrutura na mente que não muda. Portanto, conhecendo sua estrutura, seria possível conhecer a forma da mente em si <sup>2</sup>.

Um passo crucial para a existência dos juízos *a priori* dentro da visão Misesiana é a questão da universalização desse substrato para toda espécie humana. Assim, Mises define que o substrato comum a todos é a estrutura lógica e praxeológica da mente e a existência da manifestação dos sentidos nela (MISES, 1962). Dessa forma, ele ignora o pensamento epistemológico na consideração de percepção, pensamento e conhecimento em si, e passa a pensar nessas noções dentro do conceito humano. Nesse início, então ele conduz uma antropologia do homem, ponderando como ele funciona epistemologicamente. Esse passo inicial é importante, pois, como ele afirma que as categorias da mente são as mesmas da ação, então conhecer a mente de forma *a priori* por meio de tais condições é o que possibilita produzir juízos *a priori* sobre a economia.

---

<sup>2</sup> No mínimo, seria possível conhecer a forma da mente nos momentos em que essa estrutura impera.

### 5.1.2 A ação

Outro elemento crucial para a compreensão do apriorismo de Mises é a sua concepção de ação. Para ele a ação é o elemento crucial da vida humana, não só por ser uma característica que existe no homem, como também, por ser em si a própria definição de homem. Mises comenta:

The characteristic feature of man is precisely that he consciously acts. Man is *Homo Agens*. All – apart from zoology – that has ever been scientifically started to distinguish man from nonhuman mammals is implied in the proposition: man acts. To act means: to strive after ends, that is, to choose a goal and to resort in order to attain the goal sought. (MISES, 1962, p. 4-5)

Assim, a ação não é um simples movimento, e sim, movimento consciente propositado. A ideia de ser propositado é de fundamental importância, pois, por envolver uma noção teleológica que a motive, ela está sujeita a razão. Nesse sentido, Mises retorna a uma visão aristotélica da ação, onde a alma sensível, por meio dos apetites, escolhe o objeto de desejo, o fim, e a alma racional escolhe o melhor meio para atingir esse fim. Assim, a pessoa sempre procurará o bem pessoal independente de qual seja <sup>3</sup> (ARISTÓTELES, 1991). Dessa forma, a visão misesiana de ação sempre possui a racionalidade nela, o que não deve ser confundido com boa ponderação, ou inteligência. Para ele, ela sempre possui racionalidade, pois em toda ação há uma escolha, e em toda escolha, o indivíduo vai escolher o que ele achar que mais o beneficie. Essa arbitragem entre escolher um estado de coisas a outro, é precisamente a função da alma racional inferior, ou em termos moderno, da racionalidade. Assim como em Aristóteles, a razão que arbitra o meio.

A visão teleológica de ação presente em Mises, e em outros autores fora da área das ciências econômicas, foi em parte, o que baseou a visão Davidsoniana dentro da Filosofia da Ação (DAVIDSON, 1963), uma área considerada recente dentro da filosofia cujo objetivo é compreender o que é a ação, qual a sua natureza e do que ela é composta. Para Davidson, uma pessoa só entra em um curso de ação, se ela tiver razão o suficiente para tal e essa causa é teleológica, isto é, similarmente a visão de Mises ou Aristóteles, uma pessoa apenas agirá se ela acreditar que há motivos para isso, além disso, esse motivo é a finalidade da ação em si (DAVIDSON, 1963).

---

<sup>3</sup> Uma diferenciação muito importante que deve ser feita é entre a noção grega de bem, finalidade de algo, e o bem moral. Uma pessoa que rouba pode ainda fazer um bem, nesse caso seria o bem a si obtido pelo fruto do roubo.

## 5. MISES E A PRAXEOLOGIA

A ação como já brevemente comentado, é o ponto central do argumento de Mises sobre os juízos *a priori* dentro da economia, pois é ela que liga a mente com a realidade exterior. Dessa forma, por possuir essa relação, seria então possível propor juízos sobre a coisa em si, em específico, da forma da ação, por meio das categorias e das noções puras do entendimento.

Outro ponto especial que a ação propicia nos juízos *a priori* é seu *status* sintético que outras ciências não possuiriam. Mises afirma, que dentro dos campos do conhecimento em que se prevalece o positivismo lógico, as asserções e axiomas que os compõem são todos analíticos, deste modo, ou não geram conhecimento novo, por serem tautologias, ou são apenas proposições verbais. Os juízos analíticos e sintéticos presentes dentro da praxeologia, pelo contrário, por serem obtidos pela via da cognição, gera sim novos conhecimentos (MISES, 1962). Assim, Mises comenta:

The *a priori* knowledge of praxeology is entirely different – categorially different – from the *a priori* knowledge of mathematics or, more precisely, from mathematical *a priori* knowledge as interpreted by logical positivism. The starting point of all praxeological thinking is not arbitrarily chosen axioms, but self-evident proposition, fully, clearly and necessarily present in every human mind. An unbridgeable gulf separates those animals in whose minds this cognition is present from those in whose minds it is not fully and clearly present. Only to the former is the appellation man accorded. (MISES, 1962, p. 4)

Essa noção de analiticidade presente dentro da obra de Mises talvez seja precipitada, o que gera conclusões errôneas sobre os juízos analíticos. Ele acerta em seu argumento de que é contraditório dentro do próprio positivismo lógico a afirmação que não existem juízos sintéticos *a priori* e que tudo, ou seria proveniente da experiência, ou seria deduzido de relações lógicas, pois tal afirmação não pode ser nem obtida pela experiência, nem de relações lógicas.

Contudo, talvez tomado pelos comentários do também austríaco Ludwig Wittgenstein, nos quais, perto do mesmo período que Mises começou a desenvolver sua epistemologia, 11 anos antes, também propunha que os juízos analíticos provenientes de tautologias não são significativos na produção de conhecimento (WITTGENSTEIN, 2023), Mises desconsiderou a possibilidade de tal lógica ser importante. Ela produz sim conhecimento, pois ela atua como uma forma quase exegética de se adquirir uma verdade. Nesse sentido, pelo princípio da preservação da verdade, as relações tautológicas transferem o valor verdade de uma frase já conhecida como verdadeira pelo sujeito, para uma em que seu

valor verdade ainda não é conhecido. Apesar de não produzir conhecimento novo, no sentido dela já estar contida na premissas, o estado epistêmico do sujeito muda após isso, o que pode sim ser considerado como produção de um conhecimento novo.

Retomando para a questão da ação, por ela possuir esse *status* especial dentro da epistemologia de Mises, os estudos da praxeologia não poderiam possuir a mesma metodologia das ciências naturais, visto que estas últimas são dadas apenas pelo mundo fenomênico, por não ser possível experienciar a coisa em si (MISES, 1962). Nesse sentido, para ele, cada ciência deveria possuir a sua própria metodologia que melhor condiz com o escopo de seus objeto de estudo (MISES, 1962). A geometria, por exemplo, faz uso de juízos analíticos, pois é a sua forma de construção de tal ciência, as formas geométricas em si não existem dissociadas de um corpo, então não seria possível pensá-las em seu formato puro senão pela forma analítica. Já a praxeologia, tal juízo *a priori* provêm das próprias categorias do entendimento, então podem ser obtidos de forma sintética. Mises comenta:

Yet parexology is not geometry. It is the worst of all superstitions to assume that the epistemological characteristics of one branch of knowledge must necessarily be applicable to any other branch. In dealing with the epistemology of the sciences of human action, one must not take one's cue from geometry, mechanics, or any other science. (MISES, 1962, p. 5)

Por fim, outro ponto que a ação fornece de epistemicamente especial é a garantia da existência do mundo exterior. Dentro de um idealismo mais extremo, não se é possível saber se há a coisa extensa, ou se são apenas ilusões criadas pela mente. Já dentro de um idealismo mais moderado, não é possível saber como é o mundo externo em si. Mises afirma que a ação permite saber que existe algo para além da mente, isto é, combate o idealismo extremo, pois as coisas externas aos sujeitos limitam a realização de suas vontades e desejos, e, assim, limitam a ação. Dessa forma, para ele, o fato de não ser possível os sujeitos realizarem tudo o que desejam, e, desse modo, não ser possível agir sempre como pretendem, é uma forma de garantir que há algo, externo ao sujeito que impera sobre ele, condições iniciais limitantes, que segundo Mises, seriam a própria realidade e a escassez do mundo (MISES, 1962; MISES, 2010).



### 5.1.3 Causalidade e Finalidade

A partir dos dois conceitos iniciais, Mises afirma a existência de causalidade e da finalidade como uma condição necessária para agir. Dessa forma, elas seriam categorias da ação e estariam intimamente ligadas a ela (HOPPE, 2010). Quando um indivíduo age, pelo menos dentro do conceito misesiano, ele se utiliza de meios para atingir determinados fins. Assim, ao agir ele cria uma relação entre um estado de coisa anterior e um posterior, essa relação é temporal e necessária, uma vez que é o indivíduo que faz essa transformação da realidade, logo é uma relação causal (HOPPE, 2010). Caso não houvesse causalidade, a sucessão de eventos, ou não aconteceria, ou não teriam alguma conexão. Dessa forma, não seria possível haver ação, visto que, caso não houvesse mudança de estados, não se poderia agir, pois não teria movimento, e caso não tivesse conexão, a mudança do evento não seria realizada pelo indivíduo, e sim, pelo acaso, então não seria ação dele.

Outro ponto importante que Mises coloca é a diferença da natureza de estudo entre as ciências naturais e as humanas. Enquanto as ciências naturais estão ocupadas em descobrir as causas eficientes, as ciências humanas deveriam se ocupar em descobrir as causas finais (MISES, 1962). Física, química e outros ramos que observam a natureza, tem como objetivo explicar, descrever e prever o funcionamento dos fenômenos das coisas externas ao sujeito, isto é, eles adotam uma visão mecanicista e, por não se saber a coisa em si, o desafio seria descobrir o que causa tal fenômeno. Já as ciências humanas, para Mises, as causas não são tão importante para explicar a ação, pois os indivíduos agem para atingir fim estabelecido, então descobrir a causa final é o ponto crucial para explicar o fenômeno humano. Assim, para ele, um historiador, por exemplo, tem que compreender os motivos e objetivos dos múltiplos atuantes em um evento histórico, e assim, compreender o que inspirou a ocorrência do fato. Não seria função do analista do homem tentar propor um motivo superior que gera todos os fenômenos históricos, o que se mostra uma clara crítica à visão historicista de sua época (MISES, 1962).

Dentro do paradigma moderno, esse enfoque proposto por Mises, da diferença entre as funções das ciências naturais e humanas, não diverge tanto do que é praticado em microeconomia. Ao se observar temas como seleção adversa e risco moral é perceptível que o grande objetivo da estruturação desses modelos é encontrar a condição de primeira ordem do problema do Principal-Agente, e, a partir disso, deduzir os pontos de equilíbrio para a maximização da utilidade (LAFFONT; MARTIMORT, 2002).

## 5.2 Teoria

Compreendidos todos os conceitos iniciais, já se torna possível estruturar o funcionamento dos juízos *a priori* dentro do que Mises chamou de praxeologia. Ela nada mais é, como visto, que uma nova roupagem do modelo Kantiano, só que com uma abordagem mais antropológica. A noção presente na *Crítica da Razão Pura* de condições que o homem impõe às coisas para serem conhecidas, dentro de algumas correntes, pode ser entendida como uma forma de predicar o funcionamento do próprio homem, a própria explicação do comportamento da faculdade racional por meio das categorias é um exemplo disso (KANT, 2020).

Porém, Mises vai um pouco além, ele afirma que tais categorias mentais predicam também a própria ação humana. Assim, as estruturas lógicas e praxeológicas do homem são condições perenes e pertencentes a todo humano que são impostas ao sujeito de forma universal dentro da relação do ente com as coisas, então, tais categorias podem ser deduzidas de forma *a priori*. Tais juízos são distintos dos axiomas presentes dentro do positivismo lógico, pois, como já comentado, segundo ele, não são arbitrariamente definidos, e sim, autoevidentes. Essas categorias *a priori*, para Mises, seriam provenientes da estrutura do mundo e do processo de seleção natural sofrido pela espécie humana. Dessa forma, os primatas homininos que não possuíam tais categorias foram extintos por possuírem desvantagens em relação aos que possuíam, visto que a presença de tais categorias impõem uma ganho de capacidade cognitiva e de acerto maior em suas ponderações <sup>4</sup> (MISES, 1962).

As categorias *a priori*, assim como para Kant, são as estruturas da mente que permitem o sujeito pensar, experimentar e conhecer (MISES, 1962). Nesse sentido, tais categorias formam as crenças dos indivíduos. Como a ação é movimento consciente propositado, ela se utiliza também de tais categorias. Sendo assim, as estruturas que compõem a ação são também *a priori* (MISES, 1962). A ação, nos moldes misesianos, seria uma verdade inegável do homem, pois, qualquer humano que negue tal asserção está realizando movimento, seja físico ou psíquico. Esse movimento é consciente, pois ele sabe que nega a proposição, e é propositado, pois ao se negar algo, intenciona-se afirmar seu oposto.

---

<sup>4</sup> O interessante é que essa visão evolucionista do surgimento das categorias *a priori* da mente, retornaria dentro dos jogos evolucionários e da noção que a racionalidade econômica pode ser um produto evolucionário das dinâmicas de mercado, cujo artigo que inaugural é de Armen Alchian (ALCHIAN, 1950)

## 5. MISES E A PRAXEOLOGIA

Portanto quando tenta-se negar uma ação, o sujeito que a nega age (HOPPE, 2010). Dessa forma, Mises chega ao que ficou conhecido como o Axioma Geral da Ação, que consiste simplesmente na proposição, "humanos agem", nada mais do que isso. A partir dele, seria possível obter os outros fundamentos econômicos.

Pela realidade possuir inúmeros estados de coisas distintos, ou mundos possíveis dentro da linguagem moderna proposta por Saul Kripke (GIRLE, 2009), o ser humano possui diferentes cargas emocionais a eles. É possível, então, ordenar os diferentes mundos em menos desejável aos mais desejável. Esse tipo de ordenação é o que Mises chama de valoração, o homem valora mais o que lhe for mais desejável e valora menos o que menos lhe for desejável. Deste modo, a finalidade da ação seria passar de um estado de menor desejo, para uma de maior desejo <sup>5</sup> (MISES, 1962; MISES, 2010). Nesse sentido, o problema epistêmico que Mises afirma existir dentro da utilização das ciências empíricas na economia é que elas não possuem a capacidade de explicar essa valoração, pois, dentro delas, não haveria espaço para incorporação de intencionalidades (MISES, 1962).

Esse talvez seja, portanto, um dos pontos cruciais para entender o apriorismo misesiano, para ele, a empiria falha em descrever o homem, pois a única ferramenta que ela se debruça é a relação física dos sentidos, tudo que se pode ser percebido pelos sentidos externos são questões materiais. Nisso, Mises entende os processos que levam à ação e, desse modo, à própria ação humana, como algo que transcende a mera relação mecânica e fisiológica das atividades do corpo (MISES, 1962). Dessa forma, Mises rejeita o fisicalismo presente dentro do Círculo de Viena, apesar de nunca ter chegado a explicar profundamente o porquê dele rejeitar tal tese.

A partir disso, segundo Mises, o homem age se utilizando de meios para atingir fins, com tais fins almeja sempre sair de uma situação menos desejável para uma mais desejável. Contudo, se tudo lhe fosse possível ou se no mundo tudo houvesse de forma infundável, não haveria espaço para a ação, visto que o sujeito já estaria em uma estado de coisas pleno. Nesse sentido, os objeto de seus desejos e vontades são, portanto, escassos (MISES, 2010). São escassos, pois a natureza do mundo impõe restrições à ação do homem, sendo a principal delas o tempo. É impossível atingir todos os estados de coisas ao mesmo tempo, pelo menos não para um ente humano, assim ele tem que abdicar de algum estado de coisas para assim obter outro estado de coisas. Essa relação é conhecida por ele como

---

<sup>5</sup> Alguns economistas austríacos também chamam de estado menos satisfatório para mais satisfatório

troca. As trocas que envolvem apenas o indivíduo são chamadas de trocas intrapessoais; já as que envolvem o outro são as interpessoais. Assim, quando uma pessoa realiza uma troca ele incorre em um sacrifício com o objetivo de se obter um benefício, quando ambos se equivalem ele está indiferente a agir ou não. Contudo, diferente do que se assume na microeconomia moderna, esse conjunto de indiferença, para Mises, é entendido como uma ponto em que não há ação, visto que não haveria razão o suficiente para agir (MISES, 2010; ROTHBARD, 2009). A partir desses princípios e considerando a valoração marginal como decrescente, portanto, segundo Mises, se poderiam deduzir os outros fenômenos econômicos (MISES, 2010).

Dessa forma, a praxeologia misesiana, em conjunto com sua metodologia, pode ser entendida como uma forma de apriorismo extremo. Nela, apesar de se utilizar da empiria, os enunciados que importam na formulação da teoria econômica são os juízos sintéticos *a priori* obtidos a partir das condições necessárias para se agir e do conceito de ação, para só então deduzir-se a teoria econômica. O problema da rigidez epistemológica apresentada por Mises, é que dessa forma, não aventura-se a construção de uma ciência econômica com bases matemáticas, o que ia na contramão dos desenvolvimentos da época e que gerou uma resistência à abordagem do austríaco. Esse problema seria abrandado por seu colega inglês, Lionel Robbins, que também procurava fundamentar a economia num apriorismo, mas que, diferente de Mises, fosse mais amigável ao formalismo matemático.

## Capítulo 6

# Robbins e as Bases da Economia

Nascido em 1898 na cidade de Simpson, Inglaterra, Lionel Charles Robbins é um economista britânico considerado um dos responsáveis por estruturar as bases da economia neoclássica moderna. Suas contribuições, similarmente com as de Senior, trouxeram uma ampliação do entendimento dos conceitos e das definições presentes dentro da ciência econômica, junto com uma reafirmação do antigo método racionalista de Mill e Senior sob uma nova roupagem.

Nesse sentido, Robbins, muito inspirado em Mises e em Senior, buscou fundamentar as bases da ciência econômica sob conceitos e princípios *a priori*. Contudo, o inglês evita a noção de seus conterrâneos progressos da possibilidade de conhecimento *a priori* de todas as leis psicológicas da conduta humana. Assim, ele se aproxima da visão do austríaco de que a forma de conhecimento *a priori* do comportamento econômico é por meio do entendimento da capacidade humana de conhecer meios e organizar fins, isto é, que não é possível conhecer como cada indivíduo age, mas é possível conhecer a forma geral com a qual todo indivíduo age e suas condições necessárias (PRADO, 1990).

Dessa forma, Robbins pretendia resolver os problemas de discordâncias presentes entre os economistas de sua época, que, para ele, geravam uma queda da robustez e da significância do *status* de ciência dentro do conhecimento econômico. Nesse aspecto, o método proposto pelo inglês consistiria, similarmente a Senior, numa base de conceitos dados pela discussão interna e pela introspecção e, a partir disso, descobrir o resto da teoria econômica por meio da dedução (PRADO, 1990; ROBBINS, 1932).

## 6.1 A Natureza da Ciência Econômica

Para Robbins, o primeiro elemento que deve ser abordado na fundamentação da ciência econômica é seu objeto. Segundo o inglês, os economistas por anos, buscaram definir seu objeto de estudo. Porém, falharam em tornar unânimes suas definições. Em outras palavras, os pensadores da teoria econômica, desde sua origem, discutiram sobre o que estavam falando sem ao menos concordar sobre o que estavam falando. Apesar de tal problema, para ele, ser comum nos estágios iniciais de qualquer ciência, já era o momento da economia sair de tal fase embrionária. Assim, para a ciência econômica abandonar a ingenuidade de sua fase infante, Robbins defende uma rigorosa definição de seu objeto e seus conceitos (ROBBINS, 1932).

Nesse sentido, economia, para ele, é a ciência que estuda o comportamento humano que visa atingir fins mediante meios escassos. Essa definição, trouxe uma revolução no mundo anglófono, que estava, sob influência fisiocrata, acostumada com a noção materialista de ciência econômica, e como já comentada, aproximou a teoria econômica inglesa com a teoria econômica que estava sendo desenvolvida conjuntamente na Áustria. Não por acaso que no prefácio do *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, Robbins agradece e reconhece Mises como alguém que auxiliou no desenvolvimento de suas ideias (ROBBINS, 1932).

Assim, na visão de Robbins, a ciência econômica tem como objetivo, analisar, compreender e deduzir as condições necessárias que imperam dentro da relação de fins e meios em condições de escassez. Sob esse aspecto, a forma pelo qual deve-se se conduzir esse processo é por meio formulação de princípios universais e verdadeiros da experiência. A partir desses princípios, o economista deve deduzir todas as leis econômicas. Além disso, esses princípios evocados por Robbins seriam provenientes da introspecção e de juízos *a priori*, assim, muitos deles não seriam empiricamente testáveis (ROBBINS, 1932).

Um ponto interessante dentro da metodologia de Robbins, é que os princípios econômicos são autoevidentes e universais, o que poderia colocá-los como sintéticos *a priori*. Porém o inglês, não adentrou muito nas questões epistemológicas de sua metodologia, o que deixa uma ambiguidade sobre o tipo de apriorismo presente em suas obras. Além disso, similar a Senior, ele define que o foco da ciência econômica são os seus conceitos, isto é, é uma ciência de termos, ao contrário das outras ciências naturais, como a física.

## 6. ROBBINS E AS BASES DA ECONOMIA

Assim, mesmo que Robbins, não negue o método empiricista dentro das outras áreas, para ele tal método não é adequado para a economia. Isto é, para ele, a carga de crença necessária para aceitar as asserções físicas é muito maior do que a carga necessária para aceitar os princípios econômicos. Assim, ao contrário das ciências naturais, a ciência econômica caminha daquilo que é mais conhecido para aquilo que é menos conhecido, do certo para o incerto (SAGAL, 1977).

Outro aspecto da metodologia de Robbins é a testabilidade dos enunciados econômicos. Para ele, a teoria econômica é sempre verdadeira por construção, pois, a validade de uma teoria é distinta de sua aplicabilidade. A validade da teoria consiste em se a teoria é verdadeira ou não. Como as teorias econômicas, para o inglês, derivam-se de deduções de princípios verdadeiros, eles são verdadeiros por natureza. Contudo a validade do enunciado não afere sua aplicabilidade. Segundo Robbins, o que afere tal aplicabilidade consiste no quanto a teoria consegue se encaixar na situação concreta determinada. Isto é, quando uma teoria não é capaz de explicar um fenômeno econômico, não é que a teoria está errada, mas que ela não se encaixou a situação dada, que o economista errou em escolher a teoria certa para explicar o observado, que foi escolhida a regra de interpretação errada. Assim, os problemas econômicos não são um problema de formulação teórica, e sim um problema de *matching* entre teoria e prática (SAGAL, 1977).

Dessa forma, Robbins se utiliza do apriorismo extremo para a fundamentação de sua teoria econômica. Assim, as teorias econômicas além de serem obtidas por juízos *a priori*, elas não são passíveis de teste. Essa forma de apriorismo, apesar de ser menos restrita do que a de Mises, pois não afirmava categoricamente quais eram os princípios usados, foi amplamente criticada, o que levou uma queda da defesa dessa visão na segunda metade do século XX e um reforço do empirismo lógico.





# Capítulo 7

## Por um Apriorismo Moderado

Os capítulos anteriores mostraram os diversos tipos de apriorismo e como eles não são homogêneos. Porém, tais formas de enunciação dos princípios que movem o conhecimento econômico, apesar de fundamentarem a teoria, não ganharam muitos adeptos e foram alvos de várias críticas, a exemplo as críticas de Hutchison, o método positivista de Friedman e a sistematização do empirismo lógico (SAGAL, 1977). Nesse sentido, esse presente capítulo tem como objetivo trazer uma ideia de outra construção de uma fundamentação dos fenômenos econômicos. Tal formulação conta com as bases neokantianas e misesianas, porém, também, visa a adequação à participação da empiria e dos construtos lógico-matemáticos trazida pelos empiristas e positivistas, respectivamente. Assim, tal metodologia, contará com um núcleo duro, *a priori* e não cientificamente verificável, e uma série de construções lógico-matematicamente formulada e passíveis de testabilidade oriunda desses princípios, similar à metodologia de Lakatos (LAKATOS, 1978).

### 7.1 Da *Res Cogitans* e suas Estruturas *a Priori*

Tudo que existe existe em um mundo, seja no mundo das representações do sujeito, seja como coisa em si, subsistente na realidade. Essa é uma das frases cruciais para a compreensão dos fenômenos econômicos, a qual será melhor explicada posteriormente. Nesse sentido uma das mais importantes contribuições trazidas por Descartes, como já vista no capítulo 2, é o *Je Pense* como verdade primeira proveniente da dúvida, ou na abordagem Kantiana, como representação primeira proveniente da apercepção original (DESCARTES, 2016; KANT, 2020). Dessa forma, o *res cogitans* é algo particularmente

difícil de se negar, pois, ao negá-lo, nega-se também a existência do pensar, do eu, e consequentemente de tudo; volta-se, assim, ao ceticismo radical, com uma particularidade, pois seria um ceticismo que negaria também a própria capacidade de duvidar, um ceticismo que se auto nega. Nesse sentido, para todo ente de razão, deve-se aceitar a existência de uma coisa pensante, ou de um mundo das representações.

Contudo, um problema que surge da utilização apenas dessa abordagem, é o idealismo radical, que também nega a possibilidade de conhecimento. Pois, uma vez que não se pode disso inferir a existência de uma *res extensa*, os produtos mentais não possuiriam o referente ao qual eles se afirmam. Em outras palavras, seja conhecimento crença justificada verdadeira e verdade uma correspondência entre os estados mentais e os estados reais, não havendo os estados reais aos quais os estados mentais se correspondam, não há conhecimento. Outro problema também derivado disso, é que, mesmo existindo a *res extensa*, não é possível garantir que as representações da mente proveniente dela se adéquem a ela, o que também gera um idealismo. A solução encontrada por Kant, como também já comentada no capítulo 2, é a revolução copernicana da epistemologia e na estruturação de estruturas *a priori* na mente.

Assim, o sujeito epistêmico possui as faculdades da sensibilidade, do entendimento, da razão, da imaginação e o substrato comum a qual garante todo esse processo. Tais, estruturas Kantianas são dados *a priori* e transcendentais, uma vez que elas que possibilitam a experiência e a produção de conhecimento. Assim, não seria possível negar, por exemplo, que há a sensibilidade, pois, caso negado, ou todas as ideias seriam inatas, ou não haveria o material com o qual a mente produza as suas ideias; o que retornaria ao primeiro problema apresentado. Além disso, essas estruturas condicionam a experiência possível, isto é, o homem impõe aos fenômenos que eles possuam um funcionamento específico para que, assim, possam ser um fenômeno. De forma mais simplificada, existindo a *res extensa*, para que ela possa imprimir no ser humano as sensações e para que ele possa conhecê-la, é necessário que ela tenha uma dimensão espaço-temporal e que possa ser submetida às categorias do entendimento. Assim, o homem é refém da própria razão, uma vez que somente sob ela as coisas podem ser entendidas<sup>1</sup>.

Uma vez mostrada a existência dessas estruturas, um salto de fé que deve ser feito é sobre a antropologia do homem referente a isso. Em outras palavras, toda epistemologia

---

<sup>1</sup> Esse é uma passagem importante, pois vai fundamentar a racionalidade do agir econômico.

## 7. POR UM APRIORISMO MODERADO

produz uma antropologia, ou ciência do homem, assim, um salto antropológico que ocorre nessa abordagem kantiana é que todos os homens possuem essas estruturas de forma igual, isto é, a mente de todo indivíduo humano opera assim. Contudo, a aceitação de tal premissa não é algo que requer muita fé. Pois, caso cada indivíduo, ou grupos de indivíduos, operasse sob estruturas sensíveis ou inteligíveis distintas, bastaria que aquele que nega uma asserção afirmasse que suas estruturas mentais são distintas daquele que propõe a asserção; o que eliminaria a ciência e sua universalidade<sup>2</sup>. A exemplo, a física newtoniana perderia seu *status* universal dentro de seu domínio, pois qualquer pessoa poderia afirmar que os métodos lógicos de inferência usados por Newton em seu *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* são particulares dele e, assim, não são verdadeiros sob a ótica de um outro humano.

### 7.2 Da Existência de Movimento Intencionado, ou Ação

Uma vez demonstrada a existência da *res cogitans* e de suas estruturas transcendentais, é possível construir um argumento a favor da existência de movimentos intencionados, ou ações, realizados por meio daquilo que se identifica com o eu cartesiano. Seja o *res cogitans* coisa pensante, então tudo aquilo que se identifica com ele também pensa, pois que outra propriedade se predica da coisa pensante senão a capacidade atualizada de pensar? Dessa forma, como é condição necessária e suficiente a coisa pensante pensar, dela se predica, então, pelo menos um ato, o próprio pensar. Isto é, o pensar é um movimento, pois caso não fosse, o antes, o depois e o durante o pensar, não se distinguiriam. A exemplo, quando alguém pensa sobre uma maçã, ela produz um estado mental que possui uma representação de maçã contido nele. Contudo, se há esse estado mental, se é possível imaginar antes e depois desse estado, logo há duração, e se há duração, há movimento. Além disso, todas as inferências mentais existentes dentro do pensar são também alterações de estados mentais, pois quando se infere, há um antes e um depois da inferência distintos, com o segundo possuindo a conclusão da dita inferência. Assim, se há pensamento, há movimento.

Além disso, esse movimento é causado e intencionado pela coisa pensante. A primeira é a mais fácil, pois caso o pensamento não fosse causado pela coisa pensante, ela não seria coisa pensante, pois a coisa pensante define-se como aquilo que gera o pensa-

---

<sup>2</sup> Esse argumento se assemelha a crítica de Mises ao polilogismo presente na teoria marxista (MISES, 2010).

mento. Porém, a segunda parte, a da intencionalidade, não é trivial, pois a definição de intencionalidade não é algo auto-evidente. O conceito de intenção pode possuir inúmeras definições, porém, nesse caso serão tomadas as duas principais, intenção como consciência ou intenção como volição. A intenção como consciência torna auto-evidente a intencionalidade do pensamento, pois, caso não fosse percebido pela mente como um movimento da mente, não seria pensamento. Porém, assumindo a intenção como volição, o problema não é auto-evidente.

Apesar de tal problema existir, há uma forma especial de tratá-lo, para demonstrar a existência de ação no homem, não é necessário afirmar que para todo movimento, o agente o intenciona; é suficiente, assim, apenas demonstrar que há algum movimento o qual o agente tem intenção de realizar. Nesse sentido, sendo a intenção o produto da vontade que direciona a mente a algum estado de coisas, isto é, sendo as volições humanas aquilo que distingue, sob uma forma primitiva de preferência da mente, o estado A e o estado B, os pensamentos são sob elas regidos. Isto é, ou a faculdade da vontade não existe, ou existe como faculdade da razão, ou existe por si mesma.

Contudo, caso a faculdade da vontade não existisse, a definição de intencionalidade como produto da volição humana seria uma não definição e, portanto, só restaria sua definição em termos de consciência. Assim, conforme o argumento anterior, demonstraria-se a existência da ação. Caso a faculdade da vontade fosse a mesma faculdade da razão, todo produto da razão, entende-se nisso também os pensamentos, seria também produto da volição, então, a existência da ação seria assim, também autoafirmada. Assim, só resta a faculdade da vontade ser distinta da faculdade da razão.

Porém, caso a faculdade da vontade nada produzisse em termos de alterações mentais – que nessa situação a única alteração mental são os pensamentos provenientes da dúvida cartesiana – não haveria o porquê de sua existência, podendo-se assim, negá-la sem dificuldade, o que retornaria ao início do trilema. Dessa forma, os pensamentos, apesar de serem produtos da razão, são condicionados pela faculdade volitiva, isto é, são produtos indiretos da vontade. Porém, a qual vontade os pensamentos se subordinam? Há pelo menos um dado de forma clara, a vontade de pensar. Isto é, uma vez que a coisa pensante é racional e causadora dos pensamentos, isto é, possui o controle deles, ela apenas pensaria caso assim preferisse e conforme descrito por Descartes, a todo momento que deixasse de pensar deixaria, assim, de saber que é coisa pensante (DESCARTES, 2016).

## 7. POR UM APRIORISMO MODERADO

Nesse sentido, a faculdade da razão, não é passiva em sua produção de estados mentais, e sim ativa conforme Kant prenunciava (KANT, 2020). A *res cogitans*, ou mente, ou eu cartesiano, produz movimentos intencionados na forma de pensamentos, e assim, tudo aquilo ao qual tal coisa pensante se identifica, isto é, o homem, também. Tal enunciação entra em conformidade com a exposição misesiana do Axioma da Ação sob a máxima "O homem age", pois para objetar tal afirmação, é necessário que o homem que assevera tal oposição, produza o movimento mental e intencionado da utilização da categoria de negação para elaboração de um juízo negativo, e portanto, aja. Ademais, esse juízo de Mises é necessário no escopo dos homens e *a priori*, pois é obtido por meio das estruturas que o homem possui e impera no mundo para que este seja seu objeto de conhecimento. Isto é, não é possível a concepção de um ente racional espacializado e temporalizado, tal qual o homem, que não produza movimento que seja proveniente de seu arbítrio. Portanto, algo pode ser dito, o homem age.

### 7.3 Da Existência da *Res Extensa*

Ao contrário da facilidade encontrada por Descartes para justificar epistemologicamente a verdade da *res cogitans*, a justificação da existência do *res extensa* não é particularmente auto-evidente. Não obstante, com a cisma entre os sujeitos e os objetos epistêmicos prenunciada pelo francês – conhecida também por dualidade corpo-mente – a filosofia ocidental se deparou com um problema irremediável que, pelo menos em partes, perdura até hoje; "como se conhece o externo?". Nesse sentido essa sessão trará argumentos sobre a probabilidade do conhecimento do meio exterior e de sua existência. O primeiro argumento consiste numa apresentação similar a de Hoppe sobre a consideração da ação de Mises no problema do idealismo (HOPPE, 2010). Já o segundo, será um argumento de Kant contra o idealismo material (KANT, 2020).

Seja a ação produto, também, da volição humana, e apenas a existência da mente e de seus produtos, o que era de ser esperado é que, para todo objeto, ou estado de coisas, que tal vontade aponta, o homem se disporia de tal alternativa. Em outras palavras, se tudo que existe está na mente, seria esperado que tudo que o homem deseja fosse atendido, pois, sob a mente, não há restrições que não somente as apresentadas por suas estruturas. Isto é, por exemplo, caso um indivíduo pretenda-se imaginar um urso polar,

uma vez defrontado com o referente do conceito, bastaria a esse agente o mero uso de sua imaginação para tal. Assim, não há restrições na mente se não apenas as originárias de suas estruturas. Porém, a empiria mostra que há restrições que não provêm das faculdades mentais. A exemplo, um indivíduo deseja beber água, para tal, não basta apenas que ele ponha-se em esforço para conseguir, há algo que lhe impede e é condição necessária para a satisfação desse desejo, que ele disponha da água em si. Contudo, a disponibilidade de água não se apresenta como uma restrição da mente, pois em momentos distintos o mesmo homem pode dispor dela ou não. Dessa forma, pela restrição das possibilidades de ação que aparentam não provir das próprias limitações da mente humana, há uma enorme possibilidade de existir o externo que inflige no homem tais barreiras.

Outro argumento pela plausibilidade desse juízo é o exposto por Kant. Segundo ele, a consciência de si só pode ser dada mediante uma permanência no tempo, isto é, algo que persiste na percepção e que dela se diferencia. Nesse sentido, a consequência disso é que a percepção desse persistente é dada apenas através de algo externo ao sujeito, e não por representações do sujeito. Assim, a determinação da autoconsciência da *res cogitans* no tempo só pode ser dada mediante a coisas externas percebidas por ela. Dessa forma, assegura-se a existência da *res extensa* (KANT, 2020).

Uma vez assegurado o externo e sua influência na mente humana, ele deve ser levado em conta nas linhas de ação do homem. Isto é, pela propriedade da faculdade volitiva de apontar a distintos estados mentais, ela aponta assim, a distintos estados de coisas externas ao sujeito. Em outras palavras, quando alguém deseja saciar a sua sede, ele deseja uma gama de objetos externos que a mente acredita ser capaz de lhe satisfazer, cria-se assim, uma ponte entre o mundo interno e externo. Nesse sentido, os movimentos externos guiados por essa vontade são também movimentos internos por ela guiados. Dessa forma, algo pode ser dito com um alto grau de plausibilidade, o homem age concretamente.

## 7.4 Da Racionalidade

O uso da razão é algo indissociável do homem, seja no conhecimento dos fenômenos, seja na ação. Quando a volição humana aponta para um estado do mundo, isto é, quando ela designa uma finalidade aos movimentos do homem, é a faculdade da razão que elenca e ordena, segundo essa mesma volição, os meios concretos para a obtenção desse fim. Essa

## 7. POR UM APRIORISMO MODERADO

é a noção que Mises pretendia trazer em suas obras, toda ação é racional por natureza. Contudo, é necessário entender a qual tipo de racionalidade tal conceito se refere.

O termo racionalidade possui uma ambiguidade a qual deve ser elucidada. Esse termo pode tanto se referir ao mero emprego da faculdade da razão ou ao bom ponderamento, bom pensamento, proveniente do uso pleno dessa faculdade. Sobre o primeiro significado, a qual será tomado como a correta definição de racionalidade, não se é possível negar sua utilização dentro da ação. Já sobre o segundo significado, a qual será nomeada como boa ponderação, jamais se é possível verificar tal constatação.

A racionalidade está sempre presente na ação, pois, como já comentado, não se é possível aliená-la do homem. Quando um indivíduo age, age de forma propositada, isto é, possui um fim e escolhe meios. Contudo, a escolha de meios não lhe é aleatória, pois caso contrário, nunca possuiria uma mínima garantia de cumprimento de tal finalidade. Em outras palavras, um homem que almeja algo, para tal, se utiliza da faculdade do entendimento para a percepção da cadeia causal entre os objetos que ele dispõe e a respectiva vontade. Negar tal relação estrita entre ação e razão é negar o uso da faculdade da razão no processo de ajuizamento do mundo e em última instância é negar a humanidade do homem. Pois, homem, animal racional, conhece somente pelo uso da razão sob os sentidos, e isso não pode dele ser dissociado. A todo instante, quando sujeito ajuíza, se utiliza do entendimento ou conjectura, ele faz uso da razão. Nesse sentido, agir é ajuizar, pois é estabelecer um nexos causal mental entre os objetos, ou estados da natureza, e os estados mentais.

Que as ações possuem racionalidade, não é algo passível de muitas dúvidas, porém, o mesmo não pode ser dito de sua boa ponderabilidade. Para que toda ação possa ser bem ponderada, seria necessário que, sob todos os aspectos, nada influenciasse as decisões humanas senão somente a razão. Contudo, esse juízo não pode ser dado de forma *a priori* ou sob um esquema transcendental, pois sobre os impulsos não racionais humanos, apenas a empiria pode fornecer informações. Parece plausível supor a existência de impulsos dentro do processo decisório e a própria introspecção humana atesta isso. Além disso, também é plausível supor uma graduação na incidência desses impulsos. Contudo, não é possível verificar isso empiricamente em termos de ciência, pois, pela mente do outro indivíduo ser empiricamente inacessível, mesmo que tais impulsos ocorram, não é possível diferenciar uma ação influenciada por esses impulsos ou não. Isto é, não é possível,

apenas pela ação concreta do homem, verificar e nem afirmar se ele foi bem ponderado na escolha de se alimentar com chocolate, pois, a ingestão desse alimento pode ter sido realizada visando uma complementação nutricional, como pelo mero impulso por vício em açúcar. Porém, é possível afirmar, mesmo que impossível de verificar, que ele, ao comer o chocolate, possui uma vontade, ou um estado de coisas desejado, e que pela sua faculdade da razão, ele ajuizou um nexo causal entre o chocolate e o acesso a tal mundo possível. Assim, pode-se afirmar que sua ação foi racional.

## 7.5 Do Ordenamento das Preferências

Um outro argumento interessante extraído dentro da *Crítica da Razão Pura* é o princípio da antecipação das percepções. Segundo Kant, todo fenômeno possui um grau intensivo associado a ele, isto é, para toda e qualquer percepção do sujeito, a exemplo, a cor vermelha, é possível estabelecer um grau intensivo entre o vazio das sensações e uma grandeza arbitrária, na qual se atribui uma relação de ordem. Transpondo essa noção para dentro da ação, por diferentes estados de coisas provocarem diferentes estados mentais, há nisso uma sensação do grau de satisfabilidade das volições humanas. Dessa forma, o entendimento é capaz de antecipar as percepções e conjecturar estados de coisas de maior ou menor grau de satisfabilidade, isto é, ordenar qual estado de coisas é preferível ou não.

Dessa forma, mostra-se a existência de um ordenamento de preferências. Assim, os estados da natureza podem ser dados por mais preferíveis, menos preferíveis ou indiferentes. Sob o último ponto, pode-se construir o que é conhecido como conjunto de indiferença, que fundamenta toda a teoria econômica neoclássica. Ademais, por ser um ordenamento, pelo menos sob o mesmo instante e a mesma configuração de coisas, essa relação de preferências obedece as três condições da racionalidade econômica; completeza, reflexividade e transitividade.

## 7.6 Da Formalização Matemática e a Empiria

A partir do esquema transcendental supracitado é possível compreender os fenômenos econômicos, contudo, não é factível, apenas com ele, fazer previsões e testar hipóteses. Nesse cenário, a formalização lógico-matemática ganha um papel crucial. Pela estrutura da ação e das preferências humanas refletirem as estruturas da razão e do entendimento,



## 7. POR UM APRIORISMO MODERADO

é possível formalizá-las logicamente. Contudo, pela limitação do acesso à mente, não praticável um perfeito ajuste entre tais sistemas lógicos e os sistemas mentais. Para tal, é necessário a adição de premissas auxiliares para a possibilidade de uma formalização. Dentre as premissas utilizadas estão a consistência, a monotonicidade e a convexidade. Elas são premissas, pois, apesar de poder ser conhecido a relação binária de preferência, via preferência revelada, não há uma garantia de que ela se mantenha no tempo, o que pode gerar empiricamente erros de interpretação da propriedade dessa relação.

A exemplo, ao pesquisar a relação de preferências de um indivíduo, no tempo 1, se ele prefere sorvete a chocolate; no tempo 2, chocolate a sopa; e no tempo 3, sopa a sorvete, é possível acreditar que o conjunto relacional desses bens não é transitivo. Contudo, o que pode ter ocorrido é que, no tempo 3, o clima esfriou, portanto, o benefício associado a ingestão de sorvete, caiu. Dessa forma, o bem sorvete no tempo 1 e o bem sorvete no tempo 3 não são o mesmo bem, visto que o bem sempre está associado a um estado de coisas em sua totalidade, tanto estado da natureza, quanto mental. Então, mesmo que um suposto objeto seja o mesmo, distintas associações de estados a esse objeto gera distintos bens. Dessa forma, as premissas econômicas formais não são, em última análise passíveis de testabilidade, pois nenhum instante de tempo é igual ao outro, requerendo assim, que sua via de verificação seja por meio do esquema transcendental do entendimento da ação e de cenários imaginários, a exemplo da demonstração evolucionária da transitividade por meio do *dutch game* sob a premissa de consistência das preferências.

Sob esse aspecto, porém, muitos modelos formais podem ser estipulados sem que contradigam tal esquema. Assim, o critério de seleção de modelos deve seguir as virtudes epistêmicas de simplicidade, predizibilidade e explicabilidade dos fenômenos, aqueles que melhor se adéquam a essas virtudes são aqueles que devem ser mais utilizados. Além disso, esses modelos, por conterem em si premissas não transcendentais, não retratam e nem possuem a pretensão de refletir, de forma verdadeira, toda a realidade fenomênica do comportamento econômico. Seu objetivo é, portanto, trazer à luz do entendimento humano uma explicação analítica formal sobre como uma parte do comportamento humano pode ser expressada sob um conteúdo lógico. Em outras palavras, os modelos não afirmam que o homem age segundo a modelagem estabelecida, e sim, que há um grau de homomorfismo entre a estrutura do modelo e a estrutura de preferências e ações que se quer analisar. Nesse aspecto, o modelo de maximização de utilidade é um bom modelo

formal, pois ele cumpre com o esquema transcendental e todas as virtudes epistêmicas supracitadas. Ele cumpre com o esquema, pois o modelo de maximização consiste numa formalização da relação de preferências sob completeza, reflexividade e transitividade, na qual o agente modelado se utiliza de meios e suas estruturas do entendimento para satisfazer os seus desejos tal qual o ordenamento predeterminado. Isso é, uma forma de representar o processo do homem de sair sucessivamente de um estado menos satisfatório para de maior satisfação é por meio da maximização de uma função de utilidade. Além disso, por consistir em função matemática, ela é simples, explica os fenômenos e, pelo resultado da maximização ser um número, é passível de previsibilidade.

Contudo, apesar da forma geral das preferências poder ser dada *a priori*, seu conteúdo não é. A função de utilidade associada a relação de preferências pode possuir inúmeros conteúdos, isto é, ela pode conter em si diferentes variáveis e essas variáveis podem estar relacionadas entre si de distintas maneiras. Nesse sentido, tais funções devem ser sempre conjecturadas e empiricamente testadas sob certas condições. Contudo, uma noção que deve sempre estar em mente do economista que analisa tais funções é o problema da subdeterminação da teoria pela evidência, ou o problema Duhem-Quine. Tal problema mostra que não há como um experimento refutar ou afirmar uma hipótese em si, pois ela é influenciada por uma gama não plenamente conhecida de hipóteses auxiliares (ARIEW, 1984). Dessa forma, apesar da empiria e o teste empírico ter um fator crucial na criação e verificabilidade da teoria econômica concreta, ela deve ser meticulosamente conduzida, sempre regida pela virtude epistêmica da prudência.

Dessa forma, quando o economista, regido sob esse apriorismo moderado apresentado, formula teorias econômicas, ele deve partir de noções e conceitos de preferências e ações *a priori* obtidas pelas estruturas do entendimento e da razão, que apesar de não serem derivadas da empiria, são obtidas por meio da empiria. Após isso, ele deve criar ou se utilizar de modelos formais que, mesmo com premissas auxiliares, abarquem, sem contradição, a estrutura transcendental anterior. Para depois, e somente depois, conjecturar, a partir disso, modelos concretos e testá-los empiricamente. A inversão dessa ordem metodológica, partir do teste empírico para a formulação teórica, está sujeita a um descompasso na cadeia de justificações, o que resulta num retorno ao problema cético apresentado por Montaigne, ou no antirealismo radical de Hume.

# Capítulo 8

## Conclusão

Com base em tudo que foi apresentado, pode-se observar que o apriorismo é uma corrente de pensamento dinâmica e heterogênea, isto é, cada um de seus autores possui particularidades, objetivos e problemas distintos. Ao contrário do que alguns autores podem levar a pensar, essa corrente não desapareceu e ainda há muito debate a ser feito sobre o problema do juízo *a priori* em economia. Como já comentado por Mises, a epistemologia é o real problema último da ciência econômica (MISES, 1962). Dessa forma, o seu estudo e o estudo de seus corolários dentro da economia deve continuar a ser realizado e incentivado em todos os aspectos.

Além disso, pode-se concluir que o apriorismo não rejeita como um todo o uso da empiria, mas sim, estabelece o papel dos sentidos e da razão sob uma dinâmica distinta da vista em um modelo mais empírico. Assim, conforme visto no ensaio, a utilização de um apriorismo mais moderado pode ser útil para a adequação desse modelo às novas descobertas empíricas e ao método formal-matemático, o que permite a manutenção do rigor justificativo cobrado dentro do apriorismo, mas que, também, permite a flexibilidade da modelagem casuística e do teste empírico cobrado pelos empiristas. Sob esse aspecto, a ciência econômica seria tanto uma ciência de termos, como preconizava Senior, como uma ciência *as if* como preconizava Friedman.



# Bibliografia

- ALCHIAN, A. A. Uncertainty, evolution, and economic theory. *Journal of Political Economy*, v. 50, n. 3, p. 211–231, 1950.
- ARIEW, R. The duhem thesis. *The British Journal for the Philosophy of Science*, [Oxford University Press, The British Society for the Philosophy of Science], v. 35, n. 4, p. 313–325, 1984. ISSN 00070882, 14643537. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/687336>>.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.
- ARISTÓTELES. *Órganon*. 3°. ed. São Paulo: Edipro, 2019.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2°. ed. São Paulo: Edipro, 2021.
- ARROW, K. J.; DEBREU, G. Existence of an equilibrium for a competitive economy. *Econometrica*, [Wiley, Econometric Society], v. 22, n. 3, p. 265–290, 1954. ISSN 00129682, 14680262. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1907353>>.
- BÄCK, A. *Aristotle's Theory of Abstraction*. Cham: Springer International Publishing, 2014.
- BORGUCCI, E.; SERRANO, M. I. El apriorismo en la ciencia económica desde la perspectiva de nassau william senior. *Omnia*, 2012. ISSN 1315-8856. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=73725513009>>.
- DAVIDSON, D. Actions, reasons, and causes. *The Journal of Philosophy*, American Philosophical Association, Eastern Division, Sixtieth Annual Meeting, v. 60, n. 23, p. 685–700, 1963.
- DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. tradução e notas Edson Bini; apresentação Fábio Abreu dos Passos. 1ª. ed. São Paulo: Edipro, 2016.
- FEIJÓ, R. L. C. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*. 1ª. ed. São Paulo: Amazon eBook Kindle, 2021.
- FEIJÓ, R. L. C. *História do pensamento econômico : de Lao Zi a Robert Lucas*. 4ª. ed. São Paulo/Orlando: Amazon, 2023.
- GETTIER, E. L. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, v. 23, n. 6, p. 121–123, 06 1963. ISSN 0003-2638. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/analys/23.6.121>>.
- GIRLE, R. *Modal Logics and Philosophy*. 2nd. ed. Wiltshire, UK: Acumen, 2009.
- GORDON, D. *The philosophical origins of Austrian economics*. Alburn, AL: Ludwig Von Mises Institute, 1993.

- HICKS, J. *Value and Capital: An Inquiry into some Fundamental Principles of Economic Theory*. 2<sup>nd</sup> ed. London: Oxford University Press, 1975.
- HOPPE, H. H. *A Ciência Econômica e o Método Austríaco*. 1<sup>o</sup>. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2020.
- KAUDER, E. Intellectual and political roots of the older austrian school. *Zeitschrift für Nationalökonomie / Journal of Economics*, Springer, v. 17, n. 4, p. 411–425, 1957.
- LAFFONT, J.-J.; MARTIMORT, D. *The Theory of Incentives: The Principal-Agent Model*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- LAKATOS, I. *The Methodology of Scientific Research Programmes: Philosophical Papers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- LÖW, D. A. *Der Methodenstreit: a batalha dos métodos*. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) — UFRGS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147799>>.
- MCKENZIE, L. On equilibrium in graham's model of world trade and other competitive systems. *Econometrica*, [Wiley, Econometric Society], v. 22, n. 2, p. 147–161, 1954. ISSN 00129682, 14680262. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1907539>>.
- MENGER, C. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Instituto Rothbard, 2021.
- MISES, L. von. *The Ultimate Foundation of Economic Science: An Essay on Method*. 1<sup>a</sup>. ed. Princeton: D. Van Nostrand Company, 1962.
- MISES, L. von. *Ação Humana: Um Tratado de Economia*. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- NASH, J. Non-cooperative games. *Annals of Mathematics*, Annals of Mathematics, v. 54, n. 2, p. 286–295, 1951. ISSN 0003486X. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1969529>>.
- NEUMANN, J. von; MORGENSTERN, O.; RUBINSTEIN, A. *Theory of Games and Economic Behavior (60th Anniversary Commemorative Edition)*. Princeton University Press, 1944. ISBN 9780691130613. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt1r2gkx>>.
- PLATÃO. *A República*. 9<sup>a</sup>. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- PLATÃO. *Diálogos III - Socráticos: Fédon (ou Da Alma)*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Edipro, 2021.
- PRADO, E. F. S. Robbins e a economia como ciência da ação utilitária. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, n. Número Especial, p. 59–74, 1990.
- RAMSEY, F. P. A mathematical theory of saving. *The Economic Journal*, [Royal Economic Society, Wiley], v. 38, n. 152, p. 543–559, 1928. ISSN 00130133, 14680297. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2224098>>.

## BIBLIOGRAFIA

- REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia: de Spinoza a Kant*. 1<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paulus, 2005. v. 4.
- REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia: do Humanismo a Descartes*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paulus, 2005. v. 3.
- REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia: Filosofia Pagã Antiga*. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paulus, 2007. v. 1.
- ROBBINS, L. *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. 1<sup>a</sup>. ed. London: Macmillian and Co, 1932.
- ROTHBARD, M. N. In defense of extreme apriorism. *Southern Economics Journal*, p. 314–334, 1957.
- ROTHBARD, M. N. *Man, Economy and State: a Treatise on Economic Principles with Power and Market, Government and the Economy, Scholar's Edition*. 2<sup>a</sup>. ed. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009.
- SAGAL, P. T. Epistemology of economics. *Zeitschrift für Allgemeine Wissenschaftstheorie*, Walter de Gruyter, v. 8, p. 144–162, 1977.
- SENIOR, N. W. *An Outline of the Science of Political Economy*. 1. ed. New York: Allen and Unwin, 1965.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 1<sup>a</sup>. ed. Criciúma: Convivim Editorial, 2023.